



CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GLÓRIA DE IVONE

Relatório institucional 2015





Apresentação

O presente relatório traz no seu bojo o relato das principais atividades desenvolvidas pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – Cedeca-TO, ao longo de 2015, visando assegurar a natureza ideológica de luta intransigente pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, conforme preceitua o marco legal brasileiro e internacional. Neste enfoque, a Organização tem se articulado e aliado com movimentos latinoamericanos e nacionais para fortalecer a agenda política da região para que direitos positivados na Constituição Federal brasileira possam ser efetivados com mais avanços legais e sem qualquer tentativa de retrocesso das conquistas dos direitos humanos civis, sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Nesta direção de avanço histórico, o Cedeca caminha inovando e sendo pioneiro em práticas e gestões emblemáticas tanto para iluminar outros movimentos e organizações sociais como as próprias políticas públicas. Sem dúvida que ao longo destes 07 anos de existência da Organização, o Cedeca tem um vasto lastro de produção de conhecimento, com rico acervo de publicações, com formação política de mais de 10 mil pessoas, expertise na área de comunicação e difusão, acúmulo no campo de incidência política e advocacy, possibilitado vislumbrar e disseminar boas práticas no tocante ao acesso à justiça, eficiência e eficácia da gestão administrativa e financeira e ampliação do alcance do Observatório de Direitos Humanos, enfim, a metodologia da proteção jurídico social, tem sido eficazmente utilizada para tornar o Cedeca a Organização que cumpre exemplarmente as competências estabelecidas pelo artigo 87 do ECA.

É neste cenário de alargamento das atividades do Cedeca que se desenvolveram as atividades de 2015, onde os temas estabelecidos em assembleia de 2014, determinaram o rumo político da Organização, que traz a luta constante pela consolidação da justiça juvenil de adolescentes em

situação de cumprimento de medidas socioeducativas, a busca constante pelo direito sexual e reprodutivo de forma plena, promoção do direito à participação de crianças e adolescentes, o direito à comunicação e o fortalecimento institucional. Estes foram os temas mais estratégicos deste ano de trabalho do Cedeca. E a lógica de apresentação das atividades deste relatório circundará a partir destes temas.

O impacto político da ação do Cedeca poderá ser vislumbrado, sobretudo, com a visibilização da importância de se escutar e considerar as vozes dos/as adolescentes e atualmente constata-se alguns embriões de políticas públicas reconhecendo a possibilidade de mudar práticas centralizadoras e excludentes para assegurar o protagonismo político social dos/as adolescentes, como única saída para o sucesso dos programas, projetos e serviços públicos e, ainda, a necessidade de participação efetiva dos/as adolescentes nas representações nos conselhos setoriais de políticas públicas.

É mister assinalar os principais legados deste ano, no marco do projeto Farol, destaca-se a formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência sexual de 06 municípios do estado, assim como a organização dos serviços, na forma de protocolo e fluxos de atenção às pessoas em situação de violência e, sobretudo, a absorção pelos municípios de práticas contínuas e permanente de se pensar no orçamento para crianças e adolescentes como forma de assegurar e confirmar a prioridade absoluta a este segmento geracional.

Em 2015 foram muitas conquistas para o estado do Tocantins, trazidas pelas mãos da sociedade civil, que se traduzem no reconhecimento amplo do papel estratégico e o serviço público relevante que o Cedeca tem contribuído para o Estado.

Insta para o Cedeca o desafio de reafirmar, em nome da sociedade, a luta pela democracia e pelo estado democrático de direitos e que as crianças e adolescentes são seus maiores detentores, como geração protagonista do presente e detentores da linha da continuidade da espécie humana.



Apresentação do Cedeca Glória de Ivone

Fundado em maio de 2007, o Cedeca-TO é uma organização não governamental, sem fins econômicos, que defende direitos humanos de crianças e adolescentes, assegurados por lei nacional e em observância as normativas internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.

A Organização está localizada na região norte do Brasil, no estado do Tocantins, com sede em Palmas.

O Cedeca é filiado à rede Anced - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, seção DCI - Brasil, na qual esteve à frente da coordenação colegiada durante quatro anos, no período de 2011 a 2015.

Atualmente a Organização é gestora da Renade - Rede Nacional de Adolescente em Conflito com a Lei, que é composta por Defensores Públicos, famílias, adolescentes e Cedecas de 18 estados brasileiros.

No âmbito estadual, o Cedeca está desenvolvendo o projeto Farol, com o patrocínio da Petrobras, com objetivo de enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes, em seis municípios do estado do Tocantins.

Missão

Conquistar a plena democracia por meio da defesa intransigente dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Visão

Ser uma organização reconhecida na defesa de meninos e meninas, como seres humanos, na sua totalidade, para que exerçam os seus direitos com dignidade em uma sociedade responsável e justa.

Valores

- Ética;
- Responsabilidade;
- Autonomia;
- Solidariedade;
- Sustentabilidade.

Linhas de ação

- Mobilização e controle social;
- Formação e pesquisa;
- Proteção jurídico-social;
- Produção de conhecimento;
- Direito à comunicação;
- Fortalecimento institucional.

Temas estratégicos

- Justiça juvenil;
- Direitos sexuais e reprodutivos;
- Direito à participação de crianças e adolescentes.

Equipe do Cedeca Glória de Ivone

Coordenação colegiada

Aparício José da Silva Ramos Varanda

Juliano Gomes

Rubens Gonçalves

Conselho Fiscal

Cristiana Costa Sardinha Melo

Patrícia Oliveira da Silva Santos

Maria Aparecida Gomes da Silva

Secretaria executiva

Mônica Brito

Coordenação do projeto Farol

Simone Brito

Arely Telles

Coordenação do Observatório de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Mariana Miranda Borges

Secretária de gestão

Sílvia Bemvindo

Assistente administrativo

Lorena Meneses de Faria

Mobilizadores sociais

Cleonise de Lourdes Teles Soley Padilha

Suiane A. Sandinha

Assessora da comunicação do Cedeca

Rafaela Mariene Teza Mazzola

Assessora de comunicação da Renade

Flávia Quirino

Auxiliar de serviços gerais

Santana Ribeiro Lima

Assistente financeiro

Sebastião Pereira Neto

Matheus Gonçalves Brito (estagiário)

Justiça juvenil

Luzia de Kassia Rocha de Souza

Suelância Maria de C. Peçanha (estagiária)

Direito à participação de crianças e adolescentes

Bárbara Oliveira Xavier

Beatriz Ribeiro Ayres (estagiária)

Direitos sexuais e reprodutivos

Mariana Miranda Borges

Elisabeth Siqueira Araújo

Nayara Aires Alencar



TEMA I - Direito à participação de crianças e adolescentes

O Cedca-To, desde 2009, vem acumulando experiência e aperfeiçoando a metodologia de trabalho no tema direito à participação de adolescentes no marco do projeto “Um Mundo pra Chamar de Seu”, apoiado pela EDP Solidária (Investco e Enerpeixe) e pelo UNICEF, que ampliou seu escopo teórico metodológico e de novas tecnologias de abordagem e intervenção com adolescentes. Neste sentido, no marco do projeto “Ciranda de Direitos”, apoiado pela Petrobrás, em 2010, por meio desta metodologia promoveu a formação de 500 adolescentes, na linha do protagonismo juvenil em 10 municípios do Estado, onde os/as adolescentes foram assessorados para desenvolver planos de ação para o enfrentamento das violências no contexto da escola, da comunidade e nos espaços políticos locais, que teve como fruto, e que vigora atualmente, a Rede Municipal de Jovens Protagonistas composta por 50 adolescentes que desenvolvem atividades políticas para consolidação dos seus direitos, sob a assessoria da equipe do Cedeca.

Atualmente o Cedca-To vem desenvolvendo, em âmbito estadual, as atividades do Projeto Farol, apoiado pela Petrobras, que mira o enfrentamento à violência sexual infantil, iniciado em janeiro de 2014 e se estendendo até janeiro de 2016, compreendendo os municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, cujos indicadores demonstram uma alta incidência de violência sexual e estrangulamento da Rede de Proteção Social de Crianças e Adolescentes.

Em âmbito nacional, O Cedeca-To, por intermédio da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED, a qual compôs sua coordenação colegiada no biênio 2013-2014, desenvolveu de março de 2014 a novembro de 2015, o Projeto Assegurar o respeito aos direitos humanos na justiça juvenil, que visava contribuir para a efetivação

da justiça juvenil e para garantir o exercício pleno dos direitos dos/as adolescentes inseridos no sistema socioeducativo.

Quanto à metodologia da promoção do direito à participação, sistematizada e materializada neste ano, devido à necessidade de superar a disparidade entre a teoria e prática, presente nos espaços de participação de adolescentes, surge para aperfeiçoar o trabalho educativo para empoderar adolescentes e desencadear um processo de transformação social, na diretiva de uma sociedade que garante e efetiva direitos humanos de todas as crianças e adolescentes. É indefensável descartar que a metodologia de promoção do direito à participação foi construída numa perspectiva dialógica e participativa envolvendo adolescente e levando em conta suas opiniões sobre o tema. Desde modo, o Cedeca-To, estabeleceu como referencial metodológico, para criar uma cultura da vivência do direito à participação, cinco eixos convergentes e complementares articulando todas as forças vivas da comunidade. Os eixos são: I – Articulação e Mobilização, II – Formação Política, III - Diálogo com o Estado, IV – Comunicação e Difusão, e V – Monitoramento e Avaliação.

Eixo I – Articulação e Mobilização: a articulação diz respeito ao processo de planejamento das atividades realizado pela equipe do Cedeca-To e pelos/as adolescentes que integram a Organização, já a mobilização se dá por meio do chamamento público de adolescentes para participarem das atividades proposta. Este eixo tem como ponto principal a participação voluntária dos/as adolescentes, pois pensamos que a ação voluntária é o princípio do exercício do direito à participação.

Eixo II – Formação Política: a formação política se dá por meio de encontros políticos, presenciais e a distância, e encontros de socioeducação com adolescentes. Os encontros políticos têm como objetivo criar oportunidades e condições para que os/as adolescentes possam identificar, incorporar e vivenciar seus direitos, por meio do subsídio teórico e debate político a respeito dos Direitos Humanos trabalhando a temática dos Direitos Humanos e o marco legal da infância e adolescência. Os encontros de socioeducação ocorrem por meio de oficinas de educomunicação, teatro,

cartaz, desenho, ou qualquer outra expressão artística, tendo como objetivo formar os/as adolescentes para a confecção de produtos midiáticos e artísticos de forma a estimular entre eles o exercício crítico da cidadania e a prática do direito à participação.

Eixo III – Dialogo com o Estado: este eixo tem por objetivo criar e ocupar espaço de diálogo e deliberação que digam respeito a crianças e adolescentes, sendo que para isso é instituída e/ou consolidada a Rede Local e Estadual de Adolescentes. Organizados/as politicamente os/as adolescentes podem participar e compor os espaços de deliberação como os Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Eixo IV – Comunicação e Difusão: os/as adolescentes por meio da Rede Local e/ou Estadual podem se organizar para disseminar seus olhares sobre os assuntos que lhes afetam, utilizando ferramentas audiovisuais como hot site, facebook, WhatsApp, blog, informativo, campanhas, Radio-web “Voz do Adolescente” e outros.

Eixo V – Monitoramento e Avaliação: como instrumentos de monitoramento e avaliação, no âmbito da família, sociedade e do Estado, os/as adolescentes podem lançar mão da realização de estudos, notas públicas de esclarecimento, repúdio ou apoio e, ainda, podem participar do Observatório dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, e/ ou outros instrumento que julguem necessários para apresentarem suas perspectivas diante das situações de ameaça ou violação de direito ou mesmo de aspectos exemplares para a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Para além da consolidação da metodologia “Participa Mais”, o setor construiu o protocolo do programa de promoção do direito à participação, que tem como objetivo orientar operacionalmente a organização e realização com adolescentes, instruindo desde a elaboração da programação à execução de ações propostas pelos/as adolescentes que participam das atividades. Outro instrumento que surgiu para fortalecer o setor é o banco de dados dos/as adolescentes que participam de

atividades do Cedeca/To, que registrou os dados de 657 adolescentes com nome, telefone, e-mail e município.

Um fator primordial sobre o setor de promoção do direito à participação de crianças e adolescentes, provocado a partir do acúmulo teórico e metodológico da Organização no trabalho com a promoção da temática, é a formação da equipe de trabalho que, a partir de março de 2015, além do corpo técnico, conta com a participação de um adolescente, assegurando a voz e interesses dos/as adolescentes em todas as discussões, decisões e deliberações que vão para além do setor, considerando que o direito à participação percorre todas as temáticas trabalhadas na Organização e que a voz dos/as adolescentes precisa ser assegurada em cada um dos setores que a compõem.

É a partir do referencial teórico e metodológico, ora materializado na metodologia de promoção do direito à participação “Participa Mais” que apresentamos as atividades e resultados alcançados durante o ano de 2015, bem como suas dificuldades, benefícios e lições aprendidas. As atividades são apresentadas a nível intermunicipal e nacional conforme os eixos da metodologia “Participa Mais”.

Atividades realizadas

Atividades Intermunicipais

As atividades intermunicipais ocorreram no âmbito do Projeto Farol, que corresponde aos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia.

Eixo de articulação e mobilização

- Realização da sensibilização dos atores da rede de proteção à criança e adolescente e atores da rede escolar pública dos municípios

Relatório institucional 2015

de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, para a participação dos/as adolescentes no projeto, por meio do Colóquio de enfrentamento à violência e exploração sexual infantil, no período de junho a setembro de 2014;

- Realização de uma visita, antes do início das formações políticas, ou seja, das oficinas do direito à participação, em cada uma das escolas públicas parceiras do Projeto Farol, no sentido de sensibilizar os gestores das escolas para incentivar e apoiar a participação dos/as adolescentes no projeto, nos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia que ocorreram de setembro de 2014 a maio de 2015;
- Realização de visitas nas escolas públicas para apresentação e chamamento dos/as adolescentes para participarem do Projeto Farol, que ocorreu de novembro de 2014 a fevereiro de 2015;
- Realização de reuniões da equipe técnica, coordenação e adolescentes que integram o Cedeca-To para elaborar a programação das oficinas do direito à participação, que ocorreram de novembro de 2014 a junho 2015;
- Mobilização dos/as adolescente antes de cada oficina, via telefone;
- Criação de 06 grupos no WhatsApp para mobilização e articulação de adolescentes dos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, que ocorreu após a primeira oficina do direito à participação de cada município;
- Alimentação e atualização continua dos 06 grupos no WhatsApp para mobilização e articulação de adolescentes;
- Realização de uma reunião para planejamento das oficinas de socioeducação (Educomunicação e Teatro) com instrutores, dia 28 de agosto de 2015;
- Realização de uma visita, antes do início das formações de socioeducação, ou seja, das oficinas de teatro e educomunicação, em cada uma das escolas públicas parceiras do Projeto Farol, no sentido de reforçar para os gestores das escolas parceiras a Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

importância do apoio e suporte para a participação dos/as adolescentes no projeto, bem como para pactuar a agenda das oficinas de socioeducação e a viabilidade de espaços adequados para a realização nos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia que ocorreu de setembro a outubro de 2015;

- Produção e postagem nas redes sociais de 40 flays de divulgação das oficinas do direito à participação e das oficinas de socioeducação.



Flays de divulgação da oficina do Direito à Participação e da oficina de Socioeducação

Eixo de Formação Política

- Realização de 06 encontros de formação política (Oficinas do Direito à Participação) com carga horária de 48 horas, envolvendo diretamente 420 adolescentes da rede pública (estadual e municipal) dos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, que ocorreram entre dezembro de 2014 e setembro de 2015. As oficinas do Direito à Participação abordaram temas como direitos humanos fundamentais, história da criança e adolescente no Brasil, direito à

Relatório institucional 2015

participação, marcos legais, rede de proteção à criança e adolescente, direito à participação, direitos sexuais e reprodutivos, redução da maioria penal, gênero, raça e etnia. Esta etapa se deu em três módulos, que corresponderam a seis oficinas em cada município. Nelas foram desenvolvidas atividades de fanzine, estêncil, poesia, jogos educativos e debates com foco nos temas citados anteriormente;



Oficina de direito à participação, Módulo I. Local: Guaraí. Data: 10/03/2015



Oficina de direito à participação, Módulo I. Local: Pedro Afonso. Data: 31/03/2015

Relatório institucional 2015



Oficina de direito à participação, Módulo II. Local: Palmas. Data: 08/05/2015



Oficina de direito à participação, Módulo II. Local: Lajeado. Data: 21/05/2015



Oficina de direito à participação, Módulo III. Local: Porto Nacional. Data: 15/04/2015
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone



Oficina de direito à participação, Módulo III. Local: Tocantínia. Data: 23/04/2015

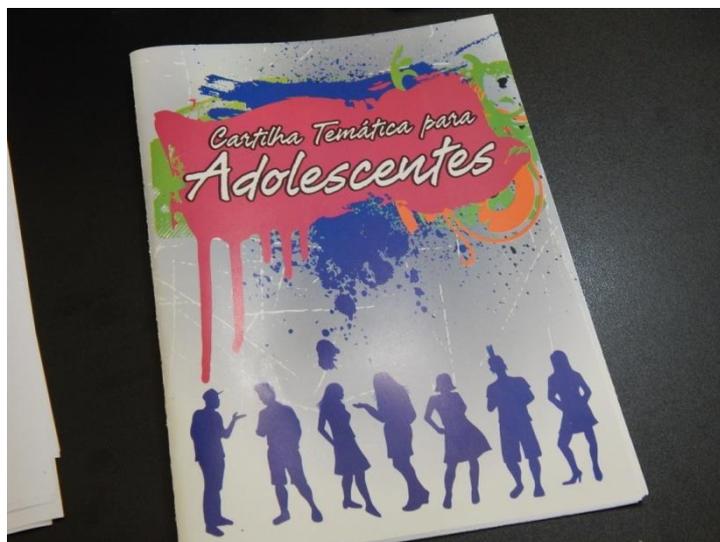
- Produção de 06 poemas coletivos dos/as adolescentes de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, fruto do módulo I das oficinas de direito à participação;
- Produção de 06 cartas dos/as adolescentes de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, sobre suas cidades e seus direitos, fruto do módulo II das oficinas de direito à participação;
- Produção de 24 telas de stencil, grafitadas pelos/as adolescentes de Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, fruto do módulo III das oficinas de direito à participação;



Telas de stencil produzidas pelos/as adolescentes.

Relatório institucional 2015

- Produção da cartilha temática para formação política de adolescentes;



Cartilha Temática para adolescentes

- Realização dos encontros de Educomunicação e encontros de Teatro, ambos organizados em 03 módulos, com duração de 40 horas, envolvendo diretamente 420 adolescentes da rede pública (estadual e municipal) dos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, que ocorreram entre setembro e novembro de 2015. Nas oficinas de socioeducação foram disseminadas técnicas de teatro que teve como resultado final a apresentação de um espetáculo, e educomunicação que trabalhou com os/as adolescentes técnicas para edição, composição e manipulação de imagens e produção de fanzine. As oficinas ocorreram em três módulos em cada um dos municípios;



Oficina de Teatro, Módulo I. Local: Tocantínia. Data: 11/09/2015

- Produção de 20 peças teatrais, construídas pelos/as adolescentes de Palmas, Guaraí, Lajeado e Pedro Afonso, durante as oficinas de Teatro;



Oficina de Teatro, Módulo III, espetáculo de teatro. Local: Lajeado. Data: 04/11/2015

Relatório institucional 2015



Oficina de Teatro, Módulo III, espetáculo de teatro. Local: Pedro Afonso. Data: 27/10/2015

- Produção de 16 fanzines sobre direitos sexuais e direito à participação, produzidos nas oficinas de educomunicação, durante o módulo I;



Oficina de Educomunicação, Módulo I, que teve como produto Fanzines. Local: Palmas.

Data: 14/10/2015



Fanzine "Meu direito à participação", produção dos/as adolescentes. Local: Palmas.

Data: 14/10/15

- Produção de 17 artes gráficas sobre violência contra crianças e adolescentes, produzidas pelos/as adolescentes nas oficinas de educomunicação, durante o módulo II;



Arte gráfica sobre violência sexual, produto da Oficina de Educomunicação, Módulo II, com uso do photoshop. Local: Guará. Dia 30/09/15

- Produção de 09 convites, virtuais e impressos, para o espetáculo de teatro, produzidos nas oficinas de educomunicação, durante o módulo III;



Arte de divulgação do espetáculo de teatro, produto da Oficina de Educomunicação, Módulo III, com uso do photoshop. Local: Pedro Afonso. Dia 27/10/15

Eixo de Diálogo com o Estado

- Criação e fortalecimento da Rede Local de Adolescentes Protagonistas, composta em média por 05 lideranças jovens que participaram de todas as atividades do projeto Farol e se dispuseram a compor a gerência da Rede, nos municípios de Palmas, Lajeado,

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, que ocorreu durante o módulo III das oficinas de direito à participação;

- Elaboração dos Planos Jovens Protagonistas ou como usualmente chamados Planos de Incidência Política dos/as Adolescentes - PIPAs dos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia. Os PIPAs, elaborados pelos/as adolescentes a partir de três eixos (1) articulação e mobilização, (2) diálogo com o estado e (3) visibilidade e difusão, complementares e convergentes, tendo em vista que o eixo 1 e 3 eram forças para o eixo 2, tinham como meta levar a voz dos/as adolescentes para as autoridades locais e comunidade. Dentre as atividades realizadas constava a entrega das Cartas dos/as Adolescentes, construídas durante o módulo II das oficinas de direito à participação, e ações no dia 18 de maio contra violência sexual infantil e contra a redução da maioridade penal. Os PIPAs foram construídos durante o módulo III da oficina de direito à participação nos municípios;



Marcha contra violência sexual infantil. Local: Tocantínia. Data: 18/05/2015

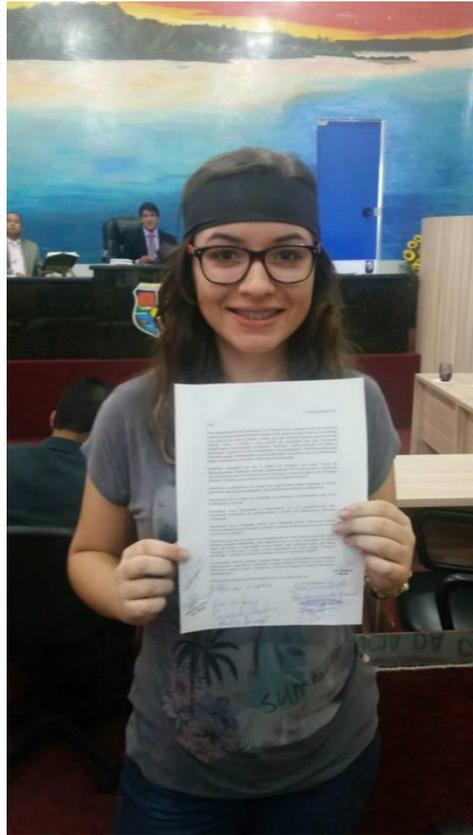


Marcha contra violência sexual infantil. Local: Pedro Afonso. Data: 18/05/2015



Marcha contra violência sexual infantil. Local: Porto Nacional. Data: 15/05/2015

Relatório institucional 2015



Entrega da Carta dos/as adolescentes do Porto Nacional ao Poder Legislativo Municipal.
Local: Porto Nacional. Data: 15/05/2015



Entrega da Carta dos/as adolescentes de Tocantínia ao Poder Legislativo Municipal. Local:
Tocantínia. Data: 14/05/2015

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Eixos Comunicação e Difusão

- Realização da mobilização dos/as adolescentes para alimentar o Site Voz do Adolescente;
- Produção de uma carta dos/as adolescentes de Palmas sobre os 25 anos do ECA, veiculada nas redes sociais;
- Captação de imagens dos/as adolescentes para que o setor da assessoria de comunicação produzisse 04 vídeos sobre a situação da rede de proteção da criança e do adolescente para serem apresentados nos seminários sobre direitos sexuais nos municípios de Palmas, Guaraí, Lajeado e Pedro Afonso.

Eixo Monitoramento e Avaliação

- Produção e sistematização das avaliações dos/as adolescentes sobre as oficinas, realizadas durante as oficinas do direito à participação, envolvendo os municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia. A sistematização foi finalizada em outubro de 2015. As avaliações dos/as adolescentes, mostraram que 81% dos/as adolescentes classificaram as oficinas entre ótimo e bom;
- Produção e sistematização de 06 pesquisas do olhar dos/as adolescentes sobre a rede de proteção da criança e adolescente dos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, realizadas durante as oficinas do direito à participação. A pesquisa aponta que os/as adolescentes tiveram um salto no conhecimento acerca das temáticas trabalhadas nas oficinas, por exemplo, antes do encontro apenas 15% dos/as adolescentes consideravam ótimo o conhecimento sobre a rede de proteção a criança e adolescente, após do encontro esse dado passou para 56%. Além disso, a pesquisa revela que 42% dos/as adolescentes afirmam que a Rede de Proteção no município vem atuando de maneira ruim, 75% destes adolescentes classificam que os direitos da criança e do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

adolescente no município, vêm sendo cumpridos de maneira ruim e finalizam conceituando a cidade como não garantidora de direitos.

Atividades Nacionais

As atividades nacionais ocorreram no âmbito do Projeto Assegurar o respeito aos direitos humanos na justiça juvenil, que visava contribuir para a efetivação da justiça juvenil e para garantir o exercício pleno dos direitos dos/as adolescentes inseridos no sistema socioeducativo, executado por meio da Renade.

Eixo Articulação e Mobilização

- Articulação e mobilização dos/as adolescentes por meio do grupo no WhatsApp "Renade-Tô Ligado!", sendo criado durante o Fórum Nacional de Adolescentes realizado em 2014;
- Mobilização dos/as adolescentes nas redes sociais para participarem do encontro virtual de adolescentes, ou seja, do fórum virtual de adolescentes, no âmbito da Renade, que ocorreu de maio a agosto de 2015 e que contou com a produção de 08 flays de divulgação do fórum virtual;



Flays de divulgada do Fórum Virtual de Adolescentes da Renade.

- Mobilização nacional de adolescentes para participação no Fórum presencial, de junho a outubro de 2015;
- Realização de reunião de planejamento do Fórum Nacional de Adolescentes 2015, com a participação da consultora da Renade, diretor da Terra des hommes, coordenação política do Cedeca-To e equipe do setor do direito à participação no dia 07 de outubro de 2015.

Eixo Formação Política

- Realização do Encontro à Distância com Adolescentes, ou seja, do Fórum Virtual de Adolescente 2015, por meio da plataforma AVA, envolvendo 47 pessoas. Os temas trabalhados durante o fórum virtual foram: a natureza pedagógica da medida socioeducativa, justiça restaurativa, saúde mental e direito à participação de crianças e adolescentes. O fórum virtual foi organizado em 04 encontros virtuais, sendo que cada encontro foi estruturado com o (1) texto-base de linguagem específica para adolescentes, o (2) áudio-book, que consistiu no áudio da leitura do texto-base com o objetivo de garantir a acessibilidade de todos/as, e o (3) Debate papo virtual. O fórum virtual aconteceu de junho a agosto de 2015;



Relatório institucional 2015

Plataforma AVA – Fórum Virtual de Adolescentes 2015

- Realização do Encontro Presencial de Adolescentes, ou seja, Fórum Nacional de Adolescentes do Sistema Socioeducativo de 2015, que tratou dos temas envolvendo 20 participantes, no período de 27 a 29 de novembro em Brasília-DF. O Fórum nacional trabalhou os temas direito à participação, justiça juvenil, Estatuto da Criança e do Adolescente e ativismo nas redes sociais. Foram desenvolvidas atividades de debates, construção de um novo ECA, poesia, produção de máscaras e cartas dos/as adolescentes.



Fórum Presencial de Adolescentes. Local: Brasília-DF. Data: 27 a 29 /11/2015.

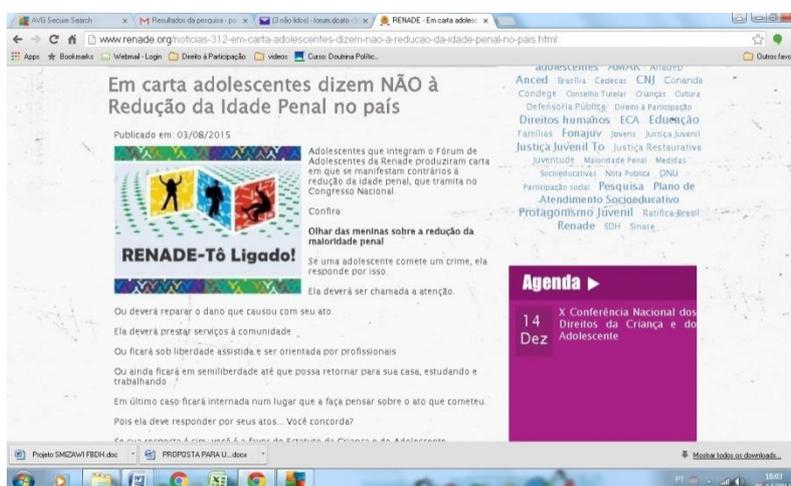
Eixo Diálogo com o Estado

- Execução do Plano de Incidência Política dos/as adolescentes - PIPA em situação socioeducativa, elaborado durante o Fórum Nacional de Adolescentes 2014. O PIPA contava com a produção de uma carta dos/as adolescentes sobre os 25 anos do ECA, que foi veiculada nas redes sociais e impressa, além de nota pública com os olhares das meninas sobre a redução da maioridade penal, miní-videos sobre os direitos humanos fundamentais e produção de uma música sobre as violações de os/as adolescentes, sendo estas atividades executadas de fevereiro a outubro de 2015;

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone



Carta “Os 25 anos do ECA”, publicação impressa



Carta “Olhar das meninas sobre a redução da maioridade penal”, veiculada pelo site da Renade

- Construção da carta dos/as adolescentes da Renade para as autoridades sobre as violações de direitos que vêm sofrendo no sistema socioeducativo. Esta carta foi construída durante o Fórum Nacional de 2015 e entregue a coordenação colegiada da Renade para ser enviada às autoridades competentes;
- Construção de um novo ECA pelos/as adolescentes da Renade, com seus olhares sobre os direitos fundamentais humanos, que também foi construído durante o Fórum Nacional 2015 e entregue a coordenação colegiada da Renade para ser enviado às autoridades competentes.

Eixo Comunicação e Difusão

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

- Fomento e fortalecimento do grupo Renade – Tô ligado! no Facebook;
- Fomento e fortalecimento do grupo Renade – Tô ligado! no WhastApp.

Eixo Monitoramento e Avaliação

- Produção da carta dos/as adolescente da Renade constando 16 propostas para o planejamento das atividades da rede no segmento adolescente em 2016, que foi elaborada durante o Fórum Nacional 2015 e entregue a coordenação colegiada da Renade.

Representações políticas

- Participação de adolescente da RENADE - Tô Ligado! no Conselho Estadual da Criança e Adolescente de Rondônia.
- Participação de adolescente da RENADE - Tô Ligado! em todas as reuniões da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujos encontros aconteceram a cada 02 meses, entre março e novembro, em Brasília - DF;
- Participação de adolescente no III Encontro Amazônico - UVA, no mês de junho, em Belém - PA;
- Participação de adolescente em todas as reuniões da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, os encontros aconteceram a cada 02 meses, entre Março e novembro, em Brasília - DF;
- Participação de adolescente na Conferência Municipal de Assistência Social, nos dias 6 e 7 de agosto, no auditório da Unitins, em Palmas – TO;
- Participação da adolescente Beatriz Ayres na Conferência Municipal de Juventude, no dia 11 de agosto, no Instituto Federal do Tocantins - IFTO, campus Palmas - TO;

Relatório institucional 2015

- Participação da adolescente Beatriz Ayres na Conferência Estadual de Juventude, nos dias 30 e 31 de outubro, no ginásio do Colégio Militar de Palmas – TO;
- Participação de adolescente no Encontro Presencial de Adolescente da Renade, em Brasília - DF, dos dias 27 a 29 de novembro.
- Participação de adolescente na Conferência Estadual Conjunta dos Direitos Humanos, nos dias 9 e 10 de Dezembro, no auditório Cuíca - UFT, em Palmas - TO;
- Participação dos integrantes da equipe de trabalho do setor do direito à participação na coordenação colegiada do Fórum DCA-TO.

Dificuldades encontradas

- A visão adultocêntrica que a sociedade ainda tem sobre a criança e o adolescente, negando-lhes o direito a voz e o direito a serem levados em consideração;
- Falta de apoio por parte dos gestores dos municípios para a realização das oficinas;
- Falta de apoio dos diretores e professores de algumas das escolas que participam do projeto, quanto a liberação dos/as adolescentes para participarem das oficinas;
- A desarticulação da Rede local e má comunicação que possuem;
- Os espaços cedidos para as atividades em alguns municípios eram inadequados para a realização das oficinas do direito à participação e de socioeducação, com péssima ventilação, com espaços pequenos, com banheiros danificados, sendo que em alguns municípios não havia bebedouro, em outros não havia a quantidade mínima de computadores para desenvolver a oficina de educomunicação;
- A rede pública de ensino esteve em greve por 83 dias, no período de junho até agosto, representando dificuldade de mobilização para o início das oficinas de socioeducação (educomunicação e teatro).

Resultados alcançados

- Fortalecimento da equipe de trabalho do setor do direito à participação, por meio da integração de um adolescente e das ações desenvolvidas;
- Empoderamento e fortalecimento dos/as adolescentes, a cerca de seus direitos, que participaram das atividades da organização;
- Visibilidade e participação ativa dos/as adolescente que participaram das atividades da organização nos cenários de debate político e deliberação.
- Protagonismo dos/as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade.
- Incidência política dos/as adolescentes nas políticas públicas locais e no controle social.

Lições aprendidas

- Revisão e consolidação da metodologia de promoção do direito à participação de crianças e adolescentes: Participa Mais;
- A necessidade de realizar formação política com foco específico nos povos indígenas para o empoderamento dos/as adolescentes desta etnia, que historicamente foram invisibilizados no Estado e violados de seus direitos humanos;
- A necessidade de trabalhar profundamente o tema meio ambiente com os/as adolescentes, com foco na relação de propriedade de território, sustentabilidade e internalização cultural;
- A necessidade de mais articulação das atividades realizadas com os/as adolescentes com os movimentos sociais locais, para fortalecer a participação política ativa dos/as mesmos/as.



Atividades realizadas

As atividades executadas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos foram planejadas de acordo com as atividades a serem realizadas no Projeto Farol, patrocinado pela Petrobrás, nos municípios de Guaraí, Lajeado, Palmas, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantínia. As ações previstas pelo planejamento de 2015 foram: construção do plano municipal de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, acompanhamento psicossocial e jurídico de 50 casos de violência sexual contra criança e adolescentes dos seis municípios, acompanhamento jurídico de 50 casos emblemáticos de violência sexual contra crianças e adolescentes, construção de seis protocolos de atenção às pessoas em situação de violência sexual.

No primeiro momento foi realizada uma reunião com os secretários de educação, assistência social e saúde dos municípios de Palmas, Lajeado, Pedro Afonso, Guaraí, Porto Nacional e Tocantínia, no mês de fevereiro, com o intuito de sensibilizá-los para apoiar a construção do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a promoção das oficinas com os adolescentes e a construção do Protocolo de atendimento às pessoas em situação de violência sexual. Na reunião, foi apresentado aos mesmos todas as ações já realizadas pelo Projeto Farol e o planejamento do ano, sendo entregue as sugestões de datas das atividades. Na oportunidade, foi acordado que os/as secretários/as deveriam confirmar as datas sugeridas após uma semana.

O Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - PMEVSCA é a principal política de enfrentamento à violência sexual no Brasil, de acordo com Paixão e Desplandes (2010). A elaboração do PMEVSCA teve como objetivo a criação de políticas públicas e utilizou-se de uma metodologia com 06 passos: criação do grupo de Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

trabalho, construção do diagnóstico da situação da infância e adolescência do município, divulgação do diagnóstico, sistematização do PMEVSICA, Seminário de Pactuação do PMEVSICA, aprovação do PMEVSICA no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA (CEDECA, 2013).

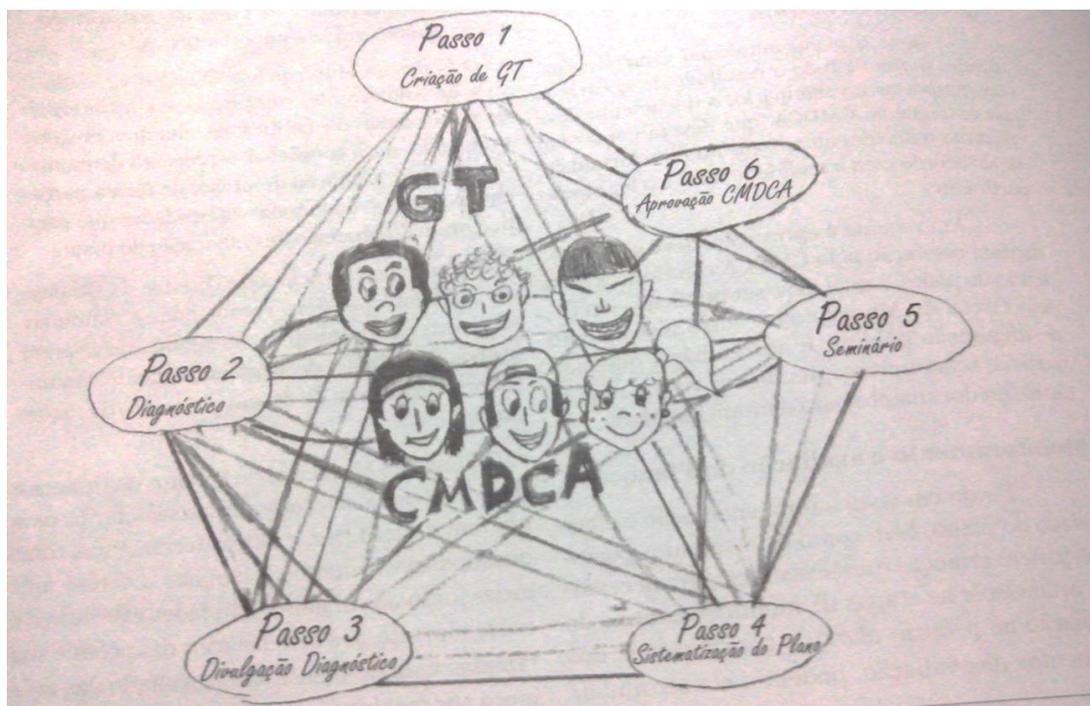


Ilustração: Cleonise, 2014

- **Passo 1: Criação do Grupo de Trabalho** - Foi prevista a sensibilização da comunidade a respeito da temática da Violência Sexual, por meio dos Colóquios. Após este momento, houve a convocação dos atores estratégicos que estariam presentes no Grupo de Trabalho- GT. Estes atores seriam: representantes do Poder Executivo municipal (secretária da assistência social, educação, saúde, em especial), Poder Judiciário, Conselho Tutelar, entidades não governamentais, Poder Legislativo e o CMDCA;
No início do ano, os GT's dos municípios estavam desestruturados, assim, foram realizadas duas ações com a finalidade de reestruturá-los, as quais foram a construção de grupos no aplicativo do whatsapp, no mês de fevereiro, e reuniões presenciais nos municípios de Guaraí, Lajeado, Palmas, Porto Nacional e Tocantínia. Os grupos no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

aplicativos do whatsapp teve o intuito de fortalecer e facilitar a comunicação entre os membros do GT e o CEDECA. As reuniões tinham como pauta a explanação do objetivo dos GT's e construção de uma agenda de trabalho;



Reunião com GT. Local: Tocantínia. Data:11/03/2015

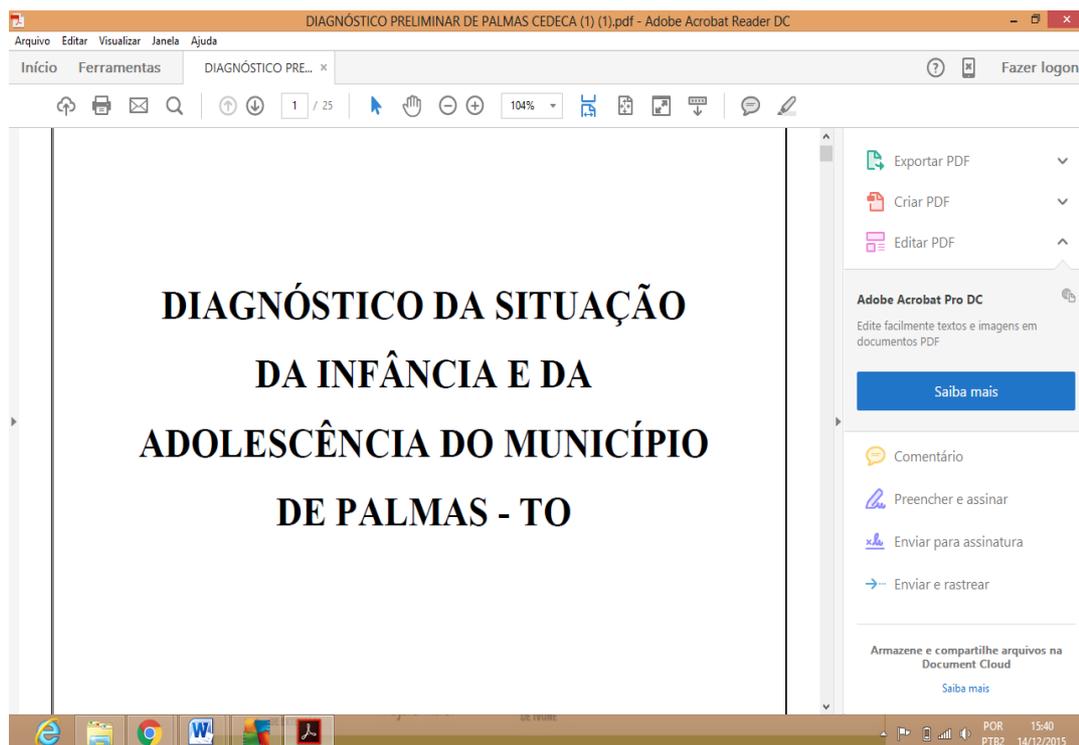
- **Passo 2: Diagnóstico-** Construção de um diagnóstico da situação da Infância e Adolescência do município, sendo produzido retrato da cidade com dados que pudessem focalizar a realidade social do município, os problemas que atingem as crianças e adolescentes e especificamente a violência sexual e a situação da rede de atendimento, bem como, identificar as potencialidades e fragilidades das políticas públicas. Nesta atividade houve uma divisão de responsabilidades, onde o CEDECA iria viabilizar os dados secundários e o GT deveria coletar os dados primários; Compreende-se aqui que os dados primários sejam as informações colhidas com os próprios sujeitos envolvidos com aquela temática. Enquanto, os dados secundários são os dados divulgados em fontes oficiais, por meio de relatórios internos de instituições de pesquisa (CEDECA, 2013).

Relatório institucional 2015

Dados Primários	Dados Secundários
Estes são levantados com os indivíduos ou com as fontes envolvidas no tema abordado.	Estes dados são oficiais, os quais são publicados por meio de relatórios internos de instituições de pesquisa.

Para tanto, foram realizados: cinco diagnósticos da situação da infância e adolescência dos municípios de Guaraí, Lajeado, Palmas, Porto Nacional e Tocantínia, três reuniões com o Grupo de Trabalho de Palmas com o intuito de elaborar coletivamente o diagnóstico do município, acompanhamento virtual aos GT's, através de contatos telefônicos, whatsapp e a plataforma AVA durante a construção dos Planos Municipais de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Em virtude de não ter um representante presencial do CEDECA nos cinco municípios, foi disponibilizado estes meios de comunicação para que os membros dos GT's pudessem dialogar, construir encaminhamentos e outros;

Relatório institucional 2015



Diagnóstico da Situação da Infância e da Adolescência do município de Palmas-TO



Reunião do GT. Local: Palmas. Data:17/03/2015

- **Passo 3: Divulgação do Diagnóstico-** Este momento seria apresentação do diagnóstico da situação da Infância e Juventude à comunidade por meio de uma reunião ampliada;

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

- Realização de Reunião Ampliada nos municípios de Lajeado, Palmas e Porto Nacional, nos meses de fevereiro e abril. Os municípios de Pedro Afonso, Tocantínia e Guaraí já tinham realizado esta atividade no ano anterior;



Reunião Ampliada. Local: Lajeado. Data: 30/03/2015

- **Passo 4: Sistematização do Plano-** Após análise da conjuntura propiciada pelo diagnóstico do município, os integrantes do GT começaram a elaborar as ações do plano a partir dos 06 eixos estratégicos já mencionados (1-Prevenção; 2- Atenção; 3- Defesa e Responsabilização; 4-Protagonismo Juvenil; 5-Comunicação e Mobilização Social; 6- Estudos e Pesquisas) através de uma matriz operacional produzida pelo CEDECA com os seguintes fatores: objetivos, metas, ações, prazo e responsável;
Nesta ação continuarão as atividades de acompanhamentos dos GT's via whatsapp, contato telefônico e a plataforma AVA.
- **Passo 5- Seminário de Pactuação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual-** O GT apresentou as ações construídas nos seis eixos citados acima e pactuadas com os parceiros e comunidade;
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Relatório institucional 2015

Realização de seis seminários de pactuação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nos municípios de Guarái, Lajeado, Palmas, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantínia, de abril a julho.



Seminário: Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes, na perspectiva dos Direitos Humanos. Local: Palmas. Data: 19/05/2015

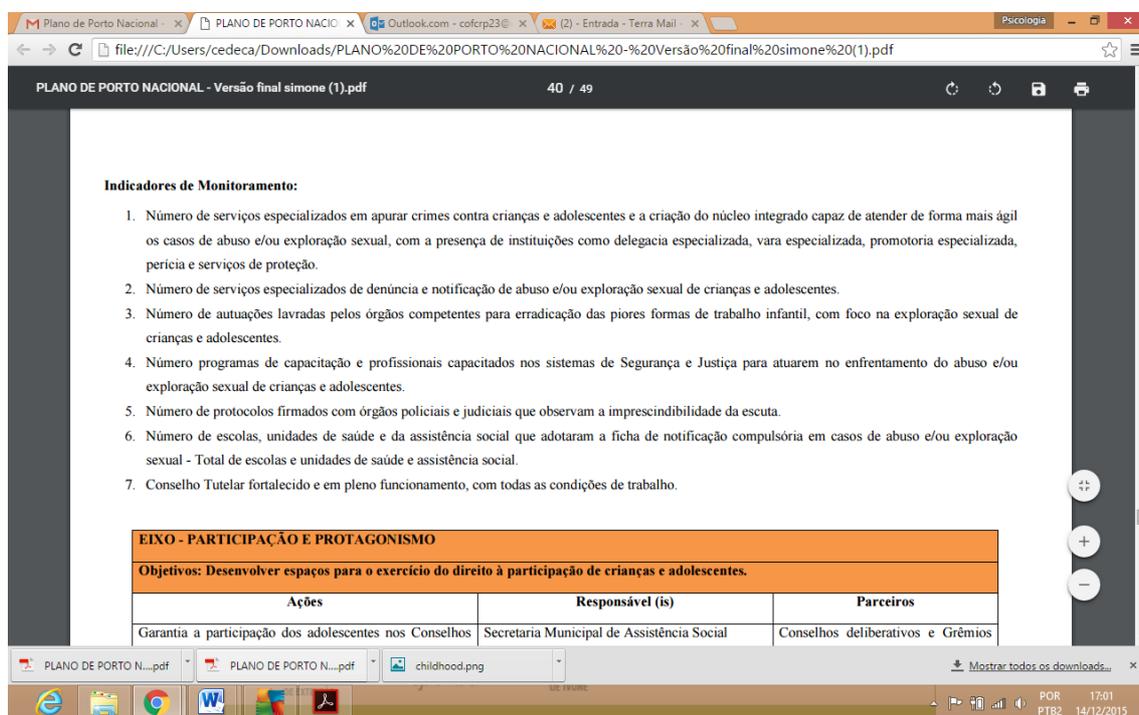
No município de Palmas houve ainda uma reunião de planejamento do Seminário de Pactuação.



Reunião do GT de Palmas. Local: Palmas. Data: 18/05/2015

- Durante apresentação dos Planos Municipais de Palmas e Guaraí, os participantes dos seminários solicitaram que este documento fosse para consulta pública durante uma semana, no site do CEDECA, com intuito de mais pessoas da comunidade tivesse a oportunidade de contribuir;
- **Passo 6- Aprovação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual pelo CMDCA:** Toda política voltada a criança e adolescente deve ser aprovada no CMDCA, por este motivo após a pactuação do plano, foram encaminhado a este conselho para ser deliberado pelo mesmo. Após este momento, o CEDECA começou o monitoramento deste plano.
- Observatório de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes é um dos trabalhos desenvolvidos pelo CEDECA mais voltado à pesquisa construiu a matriz de monitoramento dos planos municipais de enfrentamento da violência sexual dos seis municípios. A matriz consiste

na identificação de indicadores que as ações proposta no plano estão sendo efetivadas.



Indicadores de monitoramento do Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Porto Nacional.

- Encaminhamento dos Planos de Palmas, Tocantínia, Lajeado, Guaraí, Pedro Afonso ao CMDCA com intuito dos membros contribuírem com as ações e devolutiva ao CEDECA, que fez a última revisão e foi enviado aos conselhos novamente;
- Aprovação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual nos municípios de Tocantínia, Pedro Afonso e Guaraí. Vale ressaltar, que apenas Tocantínia, enviou a resolução de aprovação do plano. Nos municípios de Lajeado, Palmas e Porto Nacional está sendo aguardando o retorno das reuniões dos conselhos.

O acompanhamento psicossocial e jurídico de cinquenta casos de violência sexual contra criança e adolescente dos seis municípios iniciou o ano com vinte e cinco casos que já tinham sido acompanhados no ano anterior.

Relatório institucional 2015

No período de fevereiro a maio, a equipe composta por advogada e psicóloga juntamente com a coordenação realizou o acompanhamento de vinte seis casos dos municípios.

Mês	Nº	Conselho Tutelar
Fevereiro	02	Porto Nacional
Março	01	Porto Nacional
	01	Guaraí
	05	Lajeado
Abril	01	Pedro Afonso
Maio	15	Centro- Palmas
	01	NASF-Taquari
Total	26	

Tabela de detalhamento do acompanhamento psicológico e jurídico dos casos de violência sexual

Além disto, a assessoria de comunicação do CEDECA encaminhava notícias de casos de violência sexual ocorridos no estado do Tocantins divulgado nos meios de comunicação. Ao chegar a informação, a equipe buscava estabelecer contato com o Conselho Tutelar a fim de verificar as medidas de proteção aplicadas, bem como orientava os conselhos sobre os mesmos. Foram acompanhados seis casos desta maneira.

O acompanhamento jurídico de 50 casos emblemáticos de violência sexual contra crianças e adolescentes tiveram início no ano anterior, quando o CEDECA encaminhou um ofício à Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins, no mês de novembro, que posteriormente, tornou-se um processo administrativo. No dia 12 de março, foi realizada uma reunião com a Corregedoria para estabelecer uma parceria com a mesma a fim de ter acesso aos autos dos casos de violência sexual.



Reunião da equipe do projeto Farol com o Corregedor Geral de Justiça do Tocantins. Local: Palmas. Data:12/03/2015

Neste ato, a Corregedoria entregou um despacho, sendo desfavorável a parceria com o CEDECA devido os casos de violência sexual serem segredos de justiça.

A construção dos seis protocolos de atenção às pessoas em situação de violência sexual ocorreu por meio dos olhares dos direitos humanos, seguindo alguns princípios norteadores, além da própria realidade dos municípios, unificação, intersetorialidade e que sejam atendidas todas as pessoas em situação de violência sexual.

Unificado: Que a rede de proteção da criança e do adolescente tenha um protocolo de atendimento único, onde todos os serviços estejam envolvidos. Este princípio tem o intuito de garantir o acolhimento e a não revitimização da pessoa que foi violentada sexualmente.

Intersetorialidade: é articulação de diferentes setores das políticas públicas, por exemplo, saúde, assistência social, justiça, segurança pública, de forma que um se implique na atuação do outro, possibilitando o crescimento de todos os setores.

Garantia de atendimento às pessoas envolvidas na situação de violência sexual: acredita-se que a pessoa que sofreu e a que cometeu a

violência sexual, bem como os seus familiares necessitam receber atendimento de forma que possam resignificar esta situação, como é orientado no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Para construir este protocolo no primeiro momento, a equipe procurou conhecer a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente dos 6 municípios. O mapeamento, no tocante ao aspecto metodológico, consistiu em um conjunto de técnicas e instrumentais quantitativos e qualitativos, aplicados junto a distintos atores, com o propósito de configurar um quadro sobre o funcionamento das organizações governamentais e não governamentais que integram a rede de proteção social do município de Palmas. Nestes espaços foram identificados como os serviços eram prestados, as condições físicas estruturais, os equipamentos de informática, mobiliários, espaço físico, política de recursos humanos, gestão administrativa e política, participação dos conselhos setoriais, articulação intersetorial, escuta dos/as usuários/as e outros.

Os/as adolescentes também foram escutados durante a oficina de formação política realizada pelo CEDECA, a partir da construção da Cartografia da Cidade de Palmas, onde trouxeram seus olhares e percepções sobre a rede de proteção social.

No município de Palmas as visitas in loco iniciaram em novembro de 2014. Enquanto nas outras cidades foram encaminhadas via e-mail o questionário e a partir de janeiro foram realizadas as visitas. Sendo assim, este procedimento ocorreu de novembro de 2014 a junho de 2015.



Visita ao CREAS. Local: Porto Nacional. Data: 09/06/2015

Os dados foram sistematizados a partir de 04 linhas: estrutura física, recursos humanos, funcionamento e atendimento. A estrutura física se refere às dependências do local de atendimento, os materiais para que o serviço fosse ofertado. No critério dos profissionais foram compreendidas quais as especificidades desempenham atividades laborais naquele local. O funcionamento se refere ao horário de atendimento ao público e como o cidadão poderia ter acesso àquele determinado serviço. O atendimento foi avaliado a partir da identificação dos tipos de atividades desenvolvidas e as formas dos mesmos serem ofertados a população.

Após a sistematização dos dados referente ao levantamento foram devolvidas as informações aos municípios por meio do Seminário de Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual. Para a realização dos seminários foi feita a mobilização dos serviços de Assistência Social (CRAS, CREAS, unidades de acolhimento institucional), Educação (escolas, CMEIS e faculdades), Saúde (Unidade Saúde da Família, Hospitais, serviços especializados, saúde indígena), Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Polícias, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e do controle, através de ofícios, contatos telefônicos,

divulgação de flies no whatsapp, redes sociais, jornais, rádios, a passagem de carro de som nas ruas das cidades.



Seminário do Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual. Local: Tocantínia. Data: 30/11/2015

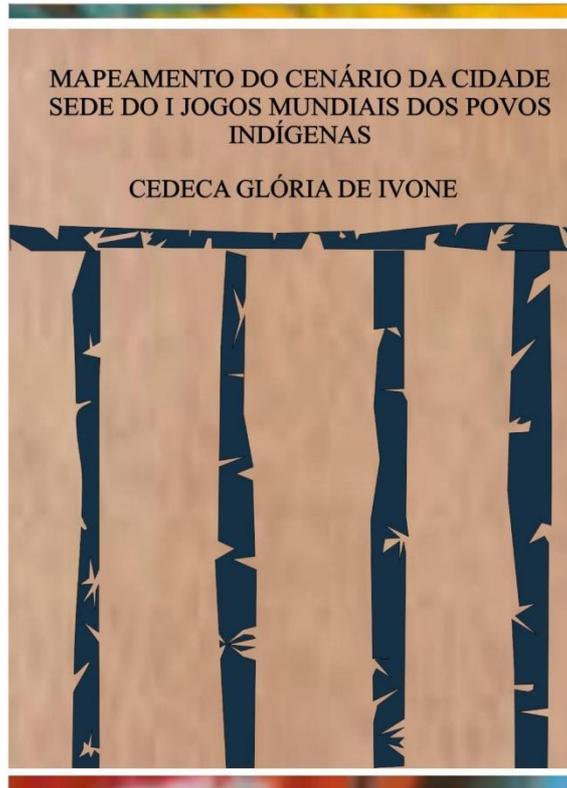
Além das ações do projeto Farol, o direito sexuais realizou acompanhamento das violações de direitos humanos ocorridas no I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. A equipe observou a necessidade de realizar esta ação por estudos científicos que abordam a questão da violência sexual aumentar a incidência em mega eventos e grandes obras. Esta atuação ocorreu em dois momentos, no primeiro a participação da Agenda de Convergência, e no segundo momento, a união com outras organizações não governamentais contra a realização deste mega evento e o acompanhamento das violações ocorridos no mesmo.

A Agenda de Convergência foi uma ação proposta pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, já vivenciados na Copa das Confederações e Copa do Mundo no Brasil. Esta proposta tinha o intuito de fortalecer a Rede de Proteção e proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade. O CEDECA participou de três reuniões deste grupo, onde foi percebido que nas

reuniões havia proposições que não eram executadas pelo grupo e ocorriam as mesmas apresentações e falas. Através destas vivências e a pesquisa realizada sobre os serviços da cidade-sede foi concluído que a gestão municipal estava ancorada nos pressupostos do mercado e do sistema capitalista privilegiando as privatizações e terceirização dos serviços públicos, especulação imobiliária, aumento de impostos, instituindo a meritocracia como forma de premiação viabilizando maior violação do que confraternização dos povos indígenas e crescimento econômico. Diante destes motivos, o CEDECA decidiu sair da Agenda de Convergência.

Antes desta decisão, a Organização entrou em contato com outros grupos da sociedade civil e foi observada a mesma análise da situação. Após a saída, o grupo da Agenda de Convergência solicitou que o CEDECA apresentasse os dados a respeito do município de Palmas e da rede de proteção.

Depois desta apresentação, o CEDECA sistematizou estes dados e publicou o "Mapeamento do Cenário da Cidade Sede do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas" no dia da abertura do evento, onde marcou o posicionamento da Organização a respeito dos jogos. Além disto, na mesma data, o CEDECA participou de um ato em defesa dos direitos humanos dos indígenas em parceria com outros movimentos sociais, na Avenida Teotônio Segurado.



Capa do Mapeamento do Cenário da Cidade Sede do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas



Ato em Defesa dos Direitos Humanos dos Indígenas na Avenida Teotônio Segurado, principal via de acesso ao local dos JMPI. Local: Palmas. Data: 23/10/2015

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Durante o período de realização do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, o CEDECA construiu uma escala de acompanhamento do evento, onde cada dupla deveria ir ao evento e colher materiais, tais como: fotos, vídeos, entrevistas das violações ocorridas neste evento. A equipe foi orientada também se caso, presenciasse alguma violação encaminhar aos órgãos de responsabilidade. Neste período foi coletado um vasto material, o qual tem objetivo de realizar um documentário.



I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Local: Palmas. Data: 27/10/2015

Representações políticas



Oficina de Multiplicadores em Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, de 13 a 15 de maio, na ETSUS.



Reunião do Grupo Consultivo para o desenvolvimento da pesquisa OAK. Local: São Paulo.
Data: 15/04/2015



Participação da Audiência Pública sobre o fechamento do CRAS, no dia 30 de junho, no auditório do Ministério Público Estadual



Participação e aprovação de uma Moção de Repúdio à PEC 171/1993 na VIII Conferência Municipal da Assistência Social, nos dias 05 e 06 de agosto, no auditório da UNITINS.

Relatório institucional 2015



Participação da I Conferencia Municipal Conjunta de Direitos Humanos, no dia 27 de novembro, no auditório da UNITINS.



Apresentação das atribuições do CEDECA no II Simpósio dos Impactos da Violência na Infância, no dia 04 de dezembro, no auditório da UNITINS.

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Dificuldades encontradas

- Falta de prioridade nos orçamentos para política de atendimento às Crianças e Adolescentes;
- Falta de compromisso e compreensão dos membros dos GT's dos municípios da necessidade de construção de uma política pública para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Falta dos dados primários que dificultaram na construção dos diagnósticos da situação da infância e adolescência mais próxima da realidade dos municípios;
- Pouca participação da comunidade e dos órgãos da Justiça e da segurança Pública nos seminários realizados nos municípios, isto influencia a população não ter conhecimento e participação na comunidade, bem como, no fortalecimento e efetivação da rede de proteção da criança e do adolescente;
- Falta de informação a respeito dos casos de violência sexual do Conselho Tutelar, segurança pública e o poder judiciário.

Resultados alcançados

- Através da construção dos Planos Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual contra as crianças e adolescentes e dos protocolos de atenção às pessoas em situação de violência sexual foram construídas política públicas nos seis municípios;
- Construção de uma cultura de paz e enfrentamento da violência sexual;
- Divulgação e disseminação dos serviços e dos equipamentos existentes na comunidade;
- Promoção de uma cultura de intolerância à violência contra crianças e adolescentes;
- Divulgação e disseminação dos diagnósticos da situação da infância e adolescência dos seis municípios à comunidade.

Lições aprendidas

- Fortalecimento da mobilização da comunidade nos serviços de atenção e proteção básica;
- Empoderamento dos adolescentes legitimam as ações da organização.



Atividades realizadas

- Elaboração de cinco diagnósticos da situação da infância e adolescência dos municípios de Guaraí, Lajeado, Palmas, Porto Nacional e Tocantínia, nos meses de janeiro a abril. Esta atividade foi desenvolvida em parceria com o Projeto Farol;
- Nos diagnósticos dos seis municípios foi observado os altos índices de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, desta maneira, foi elaborado um Informe do Trabalho Infantil do Estado do Tocantins a fim de compreender como ocorre este fenômeno no estado e posteriormente, utilizar estes dados como parte da incidência política da organização;
- Elaboração de um livro sobre o relato de experiência institucional da construção de seis Planos Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual, nos meses de julho a dezembro. Esta publicação poderá auxiliar a comunidade na criação de políticas públicas;
- Elaboração de seis relatórios sobre a situação dos serviços da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente. Estes mapeamentos tinham o intuito de realizar um diagnóstico das potencialidades e limitações da rede dos seis municípios de forma que pudesse auxiliar na construção dos protocolos de atenção às pessoas em situação de violência sexual;

Relatório institucional 2015

Realização de duas reuniões com os Observatórios do estado do Tocantins com o intuito de fortalecer estas entidades. Nestas reuniões foram feitas avaliações da situação dos Observatórios da Infância e juventude do estado do Tocantins e o início de uma construção de agenda de convergência.



Reunião de Fortalecimento dos Observatórios da Infância do Estado do Tocantins.

Local: Palmas. Data: 28/08/2015

Elaboração de uma pesquisa sobre comunicação e direitos humanos com o intuito de identificar a abordagem da mídia em relação aos direitos humanos de crianças e adolescentes nos sites do Tocantins. Para execução desta ação foram feitas as seguintes atividades:

- Observatório em parceria com assessoria de comunicação estruturam a pesquisa, sendo elaborados o problema da pesquisa, objetivo geral e específicos, metodologia, justificativa;
- Mobilizar a coordenação de psicologia do CEULP/ULBRA para auxiliar no recrutamento de estagiário de Psicologia;

Relatório institucional 2015

- Selecionar uma estagiária voluntária para Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes a fim de que pudesse auxiliar na execução de uma pesquisa sobre comunicação e direitos humanos;
- A estagiária de psicologia realizou o levantamento dos sites mais acessadas das oito microrregiões;
- A estagiária começou o levantamento de reportagens que tratavam da justiça juvenil, direito sexuais e direito a participação de julho de 2014 a julho 2015;
- Realização de um grupo de estudo das relações de direitos humanos e comunicação social;
- Publicação de vinte e uma notícias no site do Observatório dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, com o intuito de informar os usuários do site.

Representações políticas

- Apresentação do Observatório de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e das informações a respeito das violações ocorridas no município de Pedro Afonso, no dia 12 de agosto, no auditório da Prefeitura de Pedro Afonso;



Seminário Delta. Local: Pedro Afonso. Data: 12/08/2015

Dificuldades encontradas

- Falta de equipe destinada ao Observatório de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente inviabiliza a continuidade e efetivação de pesquisas, como ocorreu com o desligamento de estagiária do Observatório de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente;
- O site do Observatório de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente saiu do ar, prejudicando o não acesso das pesquisas e a divulgação de informações.

Resultados alcançados

- Produção de conhecimento a respeito dos diagnósticos da situação da Infância e Adolescência dos municípios de Guaraí, Lajeado, Palmas, Porto Nacional e Tocantínia, trabalho infantil do Estado do

Tocantins, construção de seis Planos Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual, da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente;

- Subsidiar a criação de políticas pública de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Construção de uma Agenda de Convergência dos Observatórios do Estado do Tocantins.

Lições aprendidas

- Aproximar trabalhos do Observatório das crianças e adolescente;
- Construção da metodologia de pesquisa do Observatório de Crianças e Adolescentes.



Atividades realizadas

Atividades nacionais - Rede Nacional de Defesa de Adolescentes em Conflito com a Lei - RENADE

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do/a Adolescente, coordena a parte executiva da Rede Nacional de Defesa do/a Adolescente em Conflito com a Lei - Renade cuja atividades realizadas foram:

- Mobilização dos 26 Estados para a construção do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo;

A Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei – RENADE, por meio do projeto “Assegurar o Respeito aos Direitos Humanos na Justiça Juvenil”, realizou ações, nos 26 Estados e na Capital Federal, com vistas à elaboração do Plano Decenal do Sinase. Conforme a Lei 12.594, art. 7º, § 2º, os “Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão com base no

Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo, preparar seus planos decenais correspondentes, em até 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir da aprovação do Plano Nacional.” Cabe ressaltar que o Plano Nacional Decenal foi aprovado pela Resolução 160 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente – CONANDA, em novembro de 2013; ou seja, em novembro de 2014, expirou o prazo para todos os Estados aprovarem seus Planos.

Isso posto, destacamos que a Renade, através de ações para busca de dados e fomento para construção dos Planos, provocou os representantes de cada Estado, via telefone, e-mail e ofícios, a fazer cumprir o que determina a referida Lei. Entretanto, até Dezembro de 2015, somente 11 (onze) Estados tiveram seus Planos aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca; 11 (onze) estão em processo de construção, com redações finalizadas, porém sem informações quanto à aprovação do Cedca e 5 (cinco) não estabeleceu contato.

Para subsidiar os Estados na formulação dos Planos, foram disponibilizadas no site da Renade as informações levantadas sobre o processo de construção dos Planos em nível nacional, com indicação de endereço eletrônico específico para que os Estados pudessem enviar seus dados. De tal maneira, as informações sobre a formulação dos Planos Decenais de Atendimento Socioeducativo de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal alimentaram o banco de dados da RENADE quanto ao acompanhamento do cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança por parte do Governo Federal.

Tendo em vista que o prazo para os Estados concluírem seus planos expirou em novembro de 2014, em 13 de fevereiro de 2015, a RENADE encaminhou solicitação formal aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do/a Adolescente solicitando informações sobre o processo atual de construção do Plano Decenal. Todavia, devido à persistência do atraso e ao baixo retorno às solicitações feitas, em 27 de março de 2015, a RENADE oficiou os Centros de Apoio Operacional à Promotoria da Infância e Juventude – CAOP, solicitando a responsabilização dos Estados pelo não

cumprimento do prazo, ou seja, que fossem tomadas providências quanto a não construção do Plano Decenal.

Através das articulações feitas, foi possível constatar alguns elementos relevantes que estão atrasando a construção dos Planos Decenais. Em que pese as particularidades de cada um, os Estados apresentaram impedimentos em comum. Ressalte-se que mesmo aqueles que conseguiram aprovar seus Planos viveram semelhantes dificuldades, as quais estão atreladas a fatores operacionais e políticos. Nesse contexto, foi possível observar o não comprometimento dos atores que compõem a rede de garantia de direitos humanos; indisponibilidade política dos executivos estaduais; isolamento no processo de construção; ausência de debate ampliado: com a sociedade civil organizada, famílias de adolescentes em cumprimento de medida, egressos do sistema e com os/as próprios adolescentes atualmente inseridos no sistema socioeducativo.

Nesse cenário, outro empecilho, unânime entre os Estados, foi à insuficiência de dados, isto é, poucas foram às informações e documentos disponibilizados para a construção do diagnóstico. Todavia, não se pode deixar de destacar que em alguns casos esses dados foram fornecidos e apontaram para violações de direitos humanos muito graves, de modo a demonstrar a importância de tal compartilhamento de subsídios documentais.

Vale evidenciar que os Estados que apresentaram seus Planos trouxeram em seus diagnósticos uma série de graves violações dos direitos humanos. Destaque-se a superlotação das unidades, pedidos de interdição de unidades por inadequação da estrutura onde as mesmas continuam internando adolescentes, falta de projetos político-pedagógicos e de defesa técnica, ausência de condições de habitabilidade dos alojamentos, devidas a precárias condições de higiene, sem contar a deficiência de programas de profissionalização e a descontinuidade de ações educacionais. A isso se soma a não apuração de diversas formas de violência, a prática de medicalização, de agressão física e psicológica, vivenciados pelos adolescentes como formas cruéis de castigo e de tortura.

Assim sendo, de modo geral, as ações estabelecidas para cumprimento das metas postas nos Planos não são suficientes para resolução de toda a problemática evidenciada nos diagnósticos. Para os problemas estruturais, por exemplo, os prazos para adequação das unidades estão firmados para até 2024, sendo que não há definição clara quanto ao cofinanciamento das ações, assim como não há em todas as ações órgãos gestores responsáveis pela demanda. Além disso, as abordagens múltiplas para proporcionar a participação da família no cumprimento da medida não estão presentes nas ações de grande parte dos Planos, assim como não foi priorizada a dimensão lúdica em atividades voltadas à cultura, ao lazer e ao esporte.

A gravidade de tal situação deve-se ao fato de que a não conclusão dos referidos Planos pela maioria dos Estados brasileiros atesta a não consolidação do que preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

- Mobilização nacionalmente das famílias do sistema socioeducativo

O banco de dados da Renade agrega endereços, números de telefone e email de familiares de adolescentes inseridos no sistema Socioeducativo de todas as regiões do Brasil, tem sido construído paulatinamente, por meio das mobilizações estaduais e nacionais: encontros, formações e visitas.

Para viabilizar as ações em rede, fomentar a troca de experiência, apoio coletivo e principalmente, para fortalecer em âmbito nacional a luta pela consolidação dos direitos humanos de adolescentes em conflito com a lei, foi construído o Grupo de Trabalho Famílias em Rede, que é composto por famílias de adolescentes, principalmente por mães, o grupo conta com representantes das regiões: norte, sul, nordeste, sudeste, centro-oeste e Distrito Federal.

Relatório institucional 2015

Em 2015 o GT Famílias em Rede reuniu-se presencialmente uma vez por semestre, de 04 a 06 de março e de 26 a 29 de novembro, ressalte-se que, o grupo também existe virtualmente no whatsapp, onde as famílias socializam diariamente informações sobre o cumprimento da medida socioeducativa em suas regiões, fazem denúncias, solicitam apoio, enfim interagem constantemente.

No encontro do GT Famílias em Rede do primeiro semestre, ocorreu avaliação do processo de mobilização e articulação das famílias: concluiu-se que seria necessário um processo anterior e com mais estratégias presenciais de preparo do grupo para o trabalho à distância, com as ferramentas tecnológicas da internet. O grupo reunido na Oficina Famílias em Rede, atestou que seus/suas componentes formam um grupo promissor, mas, destacaram algumas dificuldades, por exemplo: habilidades para utilização de ferramentas digitais como recurso de trabalho e falta de formação política. Foram feitas propostas para potencializar a ação nacional em rede: distribuição de folhetinhos nos dias de visitas as unidades em cada região, contendo informações sobre direitos humanos e a existência do grupo de famílias.

Na ocasião o GT decidiu iniciar uma campanha nacional contra a redução da idade penal, intitularam: “Adolescente é pra viver” como objetivo de sensibilizar as pessoas de que a violência sendo um tema envolto por complexidade não poderá ser resolvida com a redução da maioridade, a campanha aconteceu virtualmente, onde fotos de pessoas segurando cartazes foram postadas com frases contrárias a redução da idade penal e a favor da consolidação dos direitos de crianças e adolescentes. Além dessa, outras campanhas foram deflagradas em sites, redes sociais, e-mail para reforçar a necessidade de garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Outra atividade pactuada no encontro foi à composição do Cadastro Nacional, com o objetivo de fazer um mapeamento das famílias: endereços, dados da/o adulto responsável pelo/a adolescente que cumpre medida, número de crianças e adolescente que compõe a família e se esses/as tem

Relatório institucional 2015

acesso aos direitos humanos, se estão inseridos/as em programas e projetos sociais, suas impressões sobre o cumprimento da medida e seu conhecimento sobre as legislações que regem o sistema socioeducativo.

Para isto, foram decididas as estratégias descritas a seguir:

CADASTRO NACIONAL DE FAMÍLIAS

Ação	Data	Responsável
Chamada no Whatsap	05.08. 2015	Consultora técnica
Contato com Parceiros da RENADE nos Estados para composição do GT Local Famílias em Rede na Semana do Cadastro Nacional	05.08 a 12.08	RENADE
Email ao Grupo e a cada Estado contendo instrumentais para a Semana do Castro	12.08. 2015	Consultora técnica
Construção da Semana de Cadastro das Famílias (suporte a cada Estado na organização da Semana: esclarecimentos sobre o formulário, objetivos, encaminhamentos dos formulários)	12.08 a 14.09	RENADE e Consultora técnica
Lançamento da Semana de Cadastro na internet (site da Renade, perfil no facebook, email)	04.09	Comunicação da RENADE
Realização da Semana de Cadastro GT Local	14.09 a 20.09	GTs Locais
Envio dos Formulários preenchidos ao CEDECA TO	15.09 a	GTs Locais

Relatório institucional 2015

	21.09	
Inserção dos formulários no Banco de Dados	22.09 a 22.10	RENADE

Aos parceiros locais da RENADE solicitar-se-á:

- Organização de equipe para preenchimento dos formulários (em parceria com a família, sempre que possível)
- Organização prévia do Dia de Cadastro
- Impressão dos formulários
- Preenchimento dos Formulários
- Envio dos formulários para RENADE.

As atividades propostas no quadro anterior foram deliberadas, porém, durante o período de mobilização das famílias e das organizações parceiras, foram socializados os empecilhos para a construção de um mapeamento que seja expressivo: as organizações indicadas para serem parceiras, destacaram a pouca mão de obra a disposição do cadastro, além de ser semestre de finalização de projetos, por tanto pouco recurso, em alguns casos, nenhum. As famílias apresentaram dificuldades locais para o preenchimento dos formulários: a impressão e o próprio ato de preencher. Embora existam obstáculos, o Cadastro Nacional de Famílias tem sido construído gradativamente, não foi estabelecida data para o fechamento do cadastro, a ação de mobilização para construção deste mapeamento continua.

Relatório institucional 2015

No segundo encontro do GT Famílias em Rede, 28 e 29 de novembro em Brasília-Df, foram acordadas diversas atividades condensadas no seguinte quadro:

PLANO DE TRABALHO – FAMILIAS EM REDE (propostas da Renade)

AÇÕES NACIONAIS
Criar cartilha para famílias
Folder institucional da RENAME de apresentação
Boletim informativo
Formação política nos estados para e com as famílias
Promoção de um encontro anual nacional
Campanha nacional para mostrar à sociedade a situação do sistema socioeducativo vivida pelas famílias e adolescentes.
Apoio às famílias na ampliação da rede de parcerias locais.
Diversificação de fontes de sustentabilidade financeira.
Fazer campanha sobre o olhar das famílias no sistema socioeducativo.
Construção de GT Famílias de modo estadual.

PLANO DE TRABALHO PARA O GRUPO FAMILIAS EM REDE

ESTADO	O QUE FAZER?
--------	--------------

Relatório institucional 2015

RJ	Apoiar a distribuição de cartilhas "O ABC do sistema socioeducativo" de AMAR nas comarcas do RJ
AI	Conversar/mobilizar famílias
	Acessar as entidades da Rede local e procurar fazer parceiros
AP	Criar grupos de mães de adolescentes
PE	Formar grupos de mães e pais
	Fazer parcerias na Rede
	Provocar que a rede reconheça e colabore na formação do grupo
RS	Articular e fortalecer (qualificar) com a rede a obtenção de um espaço físico para o grupo de famílias se encontrarem.
	Informar a rede sobre o que é, qual o objetivo e como funciona o Grupo Famílias em Rede.

PLANO DE TRABALHO PARA O GRUPO FAMILIAS EM REDE

	O QUE FAZER?	QUANDO FAZER?	QUEM?
RJ/ Cidade- Estado	Apoiar a distribuição das cartilhas "O ABC do sistema nas comarcas do RJ".	Primeiro semestre de 2016	Renade
	Trabalho em rede de prevenção a violação de direitos dos adolescentes	Iniciar no primeiro semestre 2016	
	Folder e /ou jornal relatando o processo do GT famílias em Rede	Primeiro semestre de 2016	

- Realização do primeiro Fórum Virtual Temático para membros do sistema de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes

O Fórum Virtual de Justiça Juvenil, disponibilizado no site da Renade, fomentou a troca de experiências locais, regionais e informações teóricas, com o objetivo de construir conhecimento debatendo e delineando alternativas, rumo à construção de um modo de vida e interação em sociedade que considere de fato a dignidade inerente a todas as crianças e adolescentes.

Os assuntos que estiveram em destaque nas conversas foram: **Tema 1: Direitos Humanos:** Evolução Histórica dos Direitos Humanos e Sua Internacionalização; **Tema 2: Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo – SINASE:** Relação entre Sinase e consolidação dos direitos da criança e do adolescente; **Tema 3: Controle Social:** A importância do controle social para democracia. **Tema 4: Direito à participação:** Promover o debate sobre direito à participação de crianças e adolescentes, como direito essencial para acessar os demais direitos.

Para estruturar o fórum e incentivar a reflexão e o debate entre as e os participantes, foram postados materiais conforme a seqüência: **Texto Base:** Material introdutório, para início da discussão do tema proposto; **Literatura Complementar:** Este material contou com certa diversidade na forma de apresentação, em alguns temas neste espaço foi postado slides, em outros links de sites, charge, enfem; **Construção de Conhecimento/ Norteadores Para Reflexão:** Neste postou-se materiais que remetiam ao entendimento e sensibilização para o tema: músicas, poesias, vídeo de clips e finalmente **Meu Estilo de Vida, Minhas Convicções e Atitudes:** Este era um entre os momentos mais especiais da reflexão, porque, este foi o espaço do diálogo escrito a respeito da cultura que nós mesmos construímos em nosso tempo, através das nossas atitudes, onde as/os inscritas/os no fórum

debatiam os temas a partir do material proposto e claro de suas experiências.

Finalizado, o quarto e último tema do Primeiro Fórum Virtual de Justiça Juvenil, foi postado em Dezembro de 2015, contou com razoável participação das/os inscritos. A cada tema postado foram socializados convites para inscrição no fórum, nas redes sociais, por emails e ofícios aos órgãos que compõe o sistema de garantias dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Atividades estaduais

- Monitoramento do Sistema Socioeducativo de Palmas

A Secretaria de Estado e de Defesa Social – SEDS -Tocantins é o órgão gestor das medidas socioeducativas com a execução do Regime Fechado de responsabilidade direta da Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS e o Regime Aberto atribuição do município por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS que dispõe a seguinte estrutura: 03 (três) Centros de Internação Provisória: o CEIP CENTRAL, localizado em Palmas, o CEIP SUL, localizado em Gurupi e CEIP NORTE, localizado em Santa Fé; 04 (quatro) Unidades de Semiliberdade: USL Palmas feminina, USL Palmas masculina, USL Gurupi e USL Araguaína; 01 (um) Centro de Internação – CASE.

O Centro de Defesa monitora a consolidação dos direitos humanos de adolescentes inseridos/as no sistema socioeducativo. Portanto foram realizadas 7 (sete) visitas aos adolescentes que cumprem medida na unidade da internação: Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE e Centro de Internação Provisória-CEIP, a primeira visita à unidade de Internação – CASE em 2015, ocorreu no dia 13 de março, os adolescentes

Relatório institucional 2015

estavam Alojados, da seguinte maneira: 36 (trinta e seis) nos alojamentos comuns, 1 (um) na reflexão e 1 (um) no isolamento¹.

As inadequações da Unidade de Internação e Internação Provisória são evidentes antes mesmo de se adentrar o espaço, pois a localização de ambas as unidades que estão na mesma quadra, configura um local descentralizado e de difícil acesso, os muros e portões são altos e excessivamente fechados, assim como as portas dos alojamentos que não são grades, como nós presídios para adultos, são chapas de ferro, o que confere a aparência estrutural de um presídio para adultos², não há possibilidade de verificar os espaços do ambiente socioeducativo antes de adentrar os muros.



CEIP CENTRAL. Data: Março/ 2015

Parte dos adolescentes internos mora em Palmas, mas a parte expressiva no número dos ouvidos é oriunda de outros municípios: Porto

¹ Lei 12.594 Art. 48. § 2º É vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente interno, exceto seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 (vinte e quatro) horas.

² Lei 12.594 Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

Nacional, Colinas, Araguaína, Paraíso e Gurupi, uma vez que no Tocantins há 1 (um) centro de internação, os/as adolescentes que são postos a cumprir a medida de internação³ de outras localidades do Tocantins, foram enviados a Palmas, o que ocasionou lotação em alguns alojamentos e distanciamento dos vínculos familiares⁴.

É perceptível a negligência, ambiente abandonado, sujo, um odor asqueroso, muitos insetos, principalmente baratas, alojamentos com tetos muito baixos, fechados com paredes de concreto e a porta com chapa de ferro, ocasionando fechamento excessivo, iluminação mínima e nenhuma corrente de ar⁵.



Estrutura de metal - portas dos alojamentos – infestação de baratas. Data: março/2015

Os adolescentes foram ouvidos um por vez, em cada alojamentos e registradas as violações destacadas por eles, relataram que: não recebiam visitas do Defensor Público, não conheciam o processo, não recebiam atendimento psicológico, e alguns não tinham nenhum contato com a família desde o início do cumprimento da medida.

³ Lei 12.594 II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos; III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas; IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida; V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o [art. 122 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#);

⁴ Lei 12.594 Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

⁵ Lei: 12.594 Art. 16. A estrutura física da unidade deverá ser compatível com as normas de referência do Sinase.

Destaques para a reclamação sobre a alimentação, que foi unânime, relataram que é pouca e muito ruim, algumas vezes são servidos biscoitos e iogurtes vencidos, alguns deles falaram de perda de peso por não conseguir comer; fomos informadas que a alimentação é terceirizada não sendo ela preparada na cozinha local. Tomam banho na pia do banheiro que há dentro do alojamento, sem divisórias que garantam privacidade, não recebem com regularidade produtos de higiene pessoal: papel, sabonete, sabão para lavar roupas, ficando a cargo de suas famílias.

A água que bebiam estava quente e servida em uma garrafa peti, pendurada na janela do alojamento, não utilizam o refeitório, todos fazem as refeições nos alojamentos, são marmitas entregues por uma janela, os colchões são muito finos e sujos, pouco uniformes, em alguns alojamentos cada adolescente dispunha de apenas uma camiseta e uma bermuda, em alguns casos puídos, rasgados.

Sobre a visita familiar, questionaram o tempo, afirmaram que ficam muito pouco com a família e que essas são maltratadas na hora de revista, além do procedimento de despír o corpo, os alimentos levados são revistados sem higiene, e a qualquer expressão de reivindicação ao tratamento recebido, são constrangidas.

Não utilizam o espaço destinado ao banho de sol, são liberados para caminhar apenas no corredor do bloco. Nenhuma atividade lúdica, cultural, esportiva, de lazer ou profissionalizante ⁶o período de cumprimento da medida está condicionado à vivência dentro alojamento. Não recebem com freqüência tratamento médico, assistencial, psicológico, nutricional.⁷

⁶ Lei 12.594 Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#).

⁷ Lei 12.394 Art. 60. A atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo seguirá as seguintes diretrizes: I - previsão, nos planos de atendimento socioeducativo, em todas as esferas, da implantação de ações de promoção da saúde, com o objetivo de integrar as ações socioeducativas, estimulando a autonomia, a melhoria das relações interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias; II - inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de

Reclamam também de modo geral do diretor da unidade, disseram que ele não dispõe de tratativa clara, não atende aos interesses e não se importa com as necessidades dos adolescentes. Ressalte-se que recebem medicação à noite para dormir, que não são atendidos prontamente quando reclamam de dores, recebem castigos na chamada sala de reflexão, por exemplo, outros relataram agressões físicas e psicológicas por parte dos socioeducadores no espaço do banho de sol, um tipo de castigo relatado é: dormir despido sem colchão e sem lençóis, em alguns casos são molhados e recebem choques.

Os adolescentes que são pais lamentaram muito o tempo de visita dos filhos e companheiras que só podem se deslocar até o CASE a cada quinze dias, sendo permitido apenas trinta minutos de visita. Um adolescente oriundo Araguaína, acusado de ter estuprado a avó estava no isolamento há dezessete dias, não recebeu atendimento psicológico e nenhum outro, relatou ter sido agredido várias vezes durante a noite.

Na sala de reflexão havia um adolescente, morador de Taquarussu, há dois dias. Nesta sala não havia água, luz, e nem possibilidade de higienizar-se: não havia material banho, escova de dente.

agravos e doenças e recuperação da saúde; IV - disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; V - garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde, por meio de referência e contra-referências, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

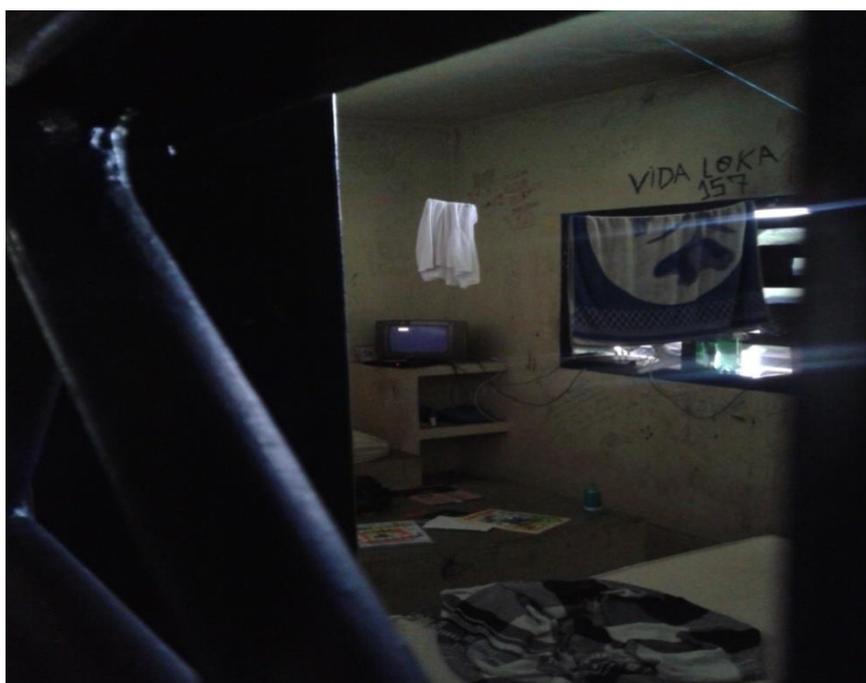
Relatório institucional 2015



Sala de reflexão. Data: março/2015



Sala de reflexão. Data: março/2015



Relatório institucional 2015

Alojamento comum-marco/2015

No dia 1º de abril de 2015. Visita ao bloco B. Objetivos: verificar se o adolescente que estava no isolamento há 27 (vinte e sete) dias, conforme relatório de visita anterior, ainda estava na mesma condição; e se as outras violações de direitos registradas e encaminhadas teriam sido consideradas.

Constatou-se a presença do mesmo adolescente no isolamento que naquela data completava 37 (trinta e sete) dias- quarto muito pequeno, sem nenhuma abertura na porta.



Isolamento. Data: abril/2015

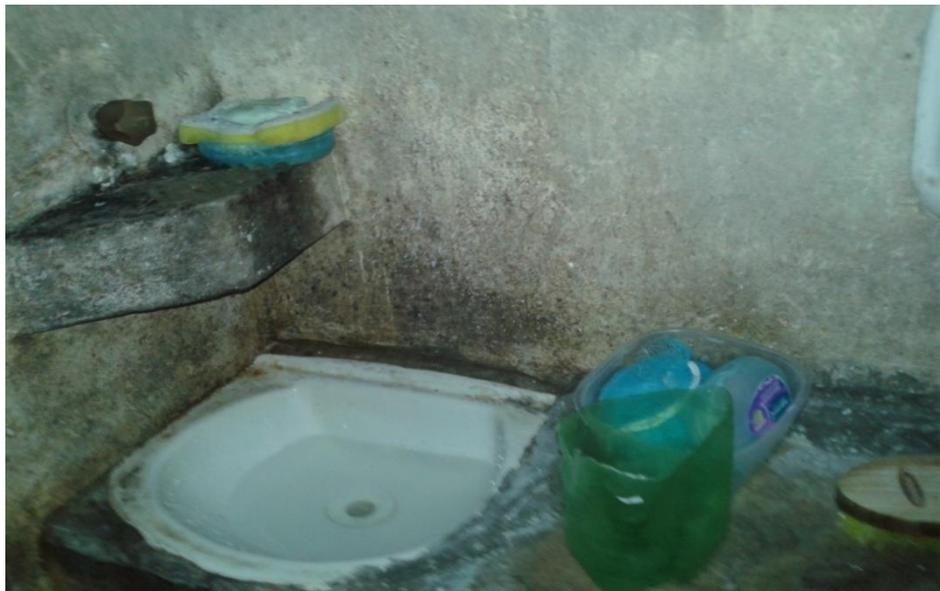


Relatório institucional 2015

Interior do isolamento. Data: abril/2014



Pia onde tomam banho, localizada no interior do alojamento. Data: abril 2015



Pia e parte de uma garrafa peti – material para o banho. Data: abril/2015

Relatório institucional 2015



Interior de um alojamento comum. Data: abril/2015



Cama de alojamento comum. Data: abril/2015



Instalação elétrica (gambiarra) no interior de um alojamento comum. Data: abril/2015



Infestação de barata. Data: abril/2015

Relatório institucional 2015



Infestação de baratas. Data: abril/2015



Infestação de baratas. Data: abril/2015

No dia 29 de abril de 2015. Visita ao Centro de Atendimento Socioeducativo- CASE e ao Centro de Internação Provisória – CEIP. Objetivos: verificar os espaços destinados a escolarização e demais atividades educacionais, esporte, lazer, profissionalização e conversar sobre o procedimento da revista aos familiares dos/a adolescentes em dias de visita.

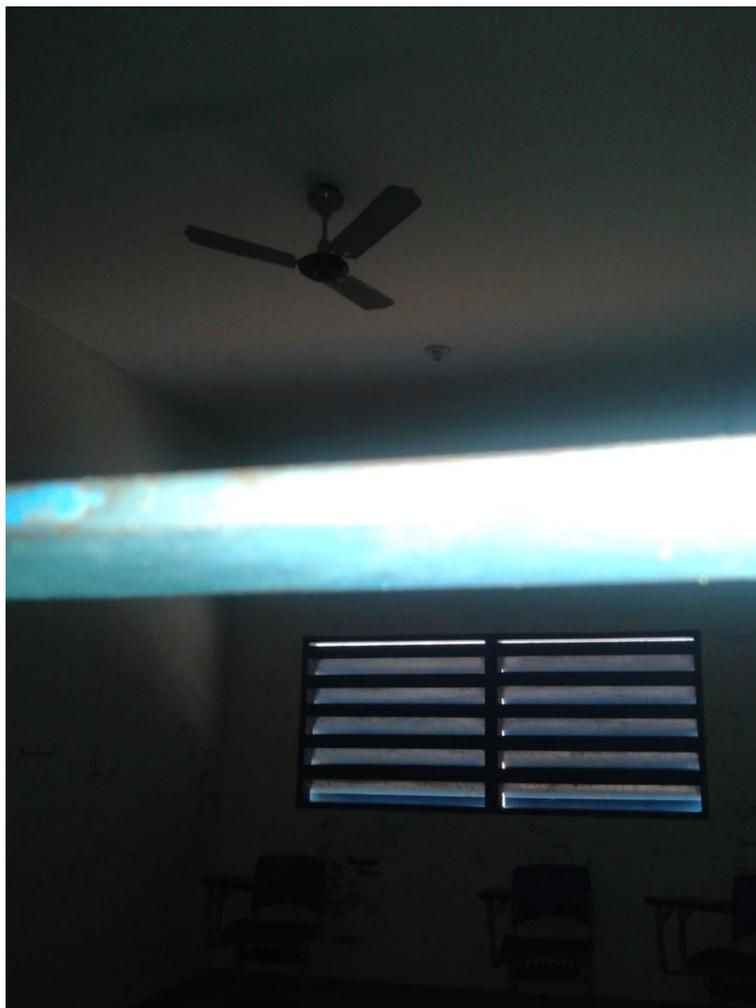


Porta da sala de aula de escolarização. Data: abril/ 2015

Sobre as atividades educacionais

Existem duas escolas para escolarização formal, uma no CASE e outra no CEIP com dezessete professores. Porém, encontramos inadequações desde a estrutura das salas ⁸, que são muito pequenas, fechadas excessivamente, iluminação insuficiente e muito abafadas. Durante as aulas os adolescentes e a professores ficam trancados/a. E não havia diferenciação entre as séries de cada adolescente e a disposição das salas de aula.

⁸ Lei 12.594 Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de Semiliberdade ou internação: I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;



Porta da sala de aula de escolarização. Data: abril/ 2015

Constatamos que as estruturas das salas não privilegiavam o processo de ensino e aprendizagem, por serem extremamente escuras, não havia corrente de ar, pois as portas das salas eram chapas de ferro e as janelas apenas frestas, os ventiladores e lâmpadas não funcionavam, bem como não havia materiais pedagógicos. As Atividades esportivas estavam condicionadas a jogos de futebol, mesmo assim, segundo os adolescentes não havia regularidade. Existe uma piscina, porém fomos informados que não é utilizada, da mesma forma existe uma biblioteca, muito pequena de acervo mínimo e sem utilização no momento.

Pelas/os professores soubemos que é verídico que os/as adolescentes ficam a maior parte do tempo de cumprimento medida trancados/as em seus alojamentos, do que em atividades educacionais e interação em

atividades coletivas, ressalte-se que, todas as atividades realizadas fora do alojamento, são em salas trancadas.



Inserir descrição e data

Conforme as informações de professoras: no CEIP existem quatro salas, que são multiseriadas por causa da rotatividade de adolescentes que cumprem medida de internação provisória, as condições da estrutura, a distância das unidades em local segregado dificulta o acesso de professores e interfere na assiduidade das aulas e no funcionamento das atividades, dessa maneira não se favorece o ensino e a aprendizagem. Considerando um fato importante, professores ressaltam que muitos adolescentes são analfabetos funcionais: não conseguem acompanhar as aulas, não sabem ler, escrever e interpretar.

O laboratório de informática existe, há computadores, porém não estava em funcionamento, não há acesso a internet para nenhum tipo de pesquisa. Constatamos que além da escolarização de péssima qualidade, assim como no CASE no CEIP, não haviam atividades, lúdicas, esportivas, artísticas, de interação coletiva e nem profissionalizante⁹.

Procedimento da revista no CASE

Em diálogo com a coordenação Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE fomos informadas que: *“qualquer socioeducador disponível pode realizar a revista, não há profissionais específicos, menos ainda formação para atuar no procedimento.”* Da mesma forma não há um procedimento padrão para fazer a revista nem regra do que pode ou não ser entregue aos adolescentes pelos seus familiares, também não há regras sobre vestuários e acessórios, porém os/as visitantes sempre são orientados/as a se despirem e agacharem três vezes, independente da idade, situação onde é posto um espelho para verificação dos órgãos genitais.

Mesmo não havendo um padrão determinado, fomos informados que, *“em certos casos a revista foi realizada de maneira mais gravosa”*. Sobre os agravos, ainda que questionados, não nos foram revelados com detalhes pela coordenação do CASE. Porém o procedimento relatado acima, por si só, revela uma seqüência de sérias violações a dignidade humana.

⁹ Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo 2013. Pags: 05 e 06: A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, órgão gestor nacional do SINASE, convoca as instituições do Sistema de Justiça, os governos estaduais, distrital e municipais, os profissionais das políticas setoriais de educação, saúde, assistência social, segurança pública, trabalho, cultura, esporte e lazer, os profissionais que atendem aos adolescentes e suas famílias, os veículos e profissionais da mídia e os atores e instituições do setor produtivo a contribuir para que o processo de responsabilização do adolescente adquira um caráter educativo, de modo que as medidas socioeducativas (re)instituem direitos, interrompam a trajetória infracional e permitam aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional.

Procedimento da revista no CEIP

A coordenação do CEIP, que nós atendeu junto com os agentes de segurança da unidade, os que realizam o procedimento da revista, quando questionados sobre a revista nos dias de visita, nós informou o mesmo procedimento do CASE, porém com a seguinte ressalva e de maneira insensível: *“na primeira vez sempre ocorre o choque, mas eles/as vão se acostumando.”*

Denunciar violações de Direitos Humanos de adolescentes que cumprem medida socioeducativa; Encaminhar relatórios e oficiar as autoridades competentes; Incidir pela atenção a situação processual dos/as adolescentes

As visitas aos/as adolescentes revelaram um contexto de sérias inadequações, tais irregularidades evidenciaram a extrema discrepância em relação a realidade vivida pelos/as adolescentes e o que preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as quais foram fotografadas, registradas e sistematizadas em relatórios, o que culminou em uma série de enfrentamentos, reivindicações e denúncias, aos órgãos competentes, redes sociais, e a mídia local.

Incidência para revisão processual: os órgãos que compõe o sistema de garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes foram oficiados formalmente, em reuniões solicitadas pelo Cedeca Glória de Ivone. Reunimos com representantes da Defensoria Pública Estadual da Infância – DPE (04/05/15), ocasião em que apresentamos os relatórios, e protocolamos ofício para denunciar as violações registradas.

No dia 08/06/15 houve uma reunião com o **Ministério Público Federal** via Procurador do Cidadão, onde foi apresentado o cenário de violações de direitos dos adolescentes por meio de relatórios e fotografias, protocolamos ofícios denunciando as violações e reivindicando providências urgentes;

com corregedoria da DPE (12/05/15), foi a oportunidade de denunciar a falta de defesa técnica para os/as adolescentes e com a **Diretoria da DPE** (14/05/15) para entrega de relatórios e solicitação de providências;

Para tratar especificamente sobre as violações de direitos humanos registrados, em relação ao acesso a educação, foi solicitada reunião com a **Diretoria Regional de Educação** (07/05/15), foram protocolados relatórios e ofícios reivindicando as providências necessária.



Reunião com a Diretoria Regional de Educação. Data: 07/05/15

Apesar das denúncias formais, encaminhamentos de relatórios e ofícios; considerando as respostas dos órgãos públicos em atenção às reivindicações apresentadas, não houve nenhuma tomada de providência significativa em relação às violações de direitos humanos, o que ocasionou a indignação dos adolescentes, e com isso, um princípio de rebelião em maio/2015, sendo que na ocasião foi permitido a entrada de policiais militares na unidade de internação, que agiram de maneira truculenta e chegou a ferir gravemente vários adolescentes, sendo que seis jovens que havia recentemente completado dezoito anos, foram levados ao hospital e unidades de atendimento de emergência visto a gravidade dos ferimentos.



Adolescente ferido por bala de borracha no CASE. Data: maio/2015



Queimadura na mão de jovem que permaneceu algemado no hospital. Data: maio/2015



hematoma de bala de borracha e cassetete. Data: maio/2015

Vale destacar que na delegacia do setor Aurenly, verificou-se que mesmo feridos gravemente e presos, os seis jovens de dezoito anos estavam algemados e sem receber água e alimentos, ressaltou-se que já estávamos no período vespertino. Situação em que havia grande mobilização para que os jovens fossem encaminhados da casa de prisão Provisória, que é destinada à privação de liberdade de adultos.



Feridos presos e algemados – maio/2015

Encaminhadas à CPP, as mães dos jovens buscaram apoio do Cedeca Glória de Ivone para que seus filhos retornassem ao CASE, onde havia iniciado o cumprimento da medida, para que elas pudessem continuar tendo acesso a eles no dia da vista. Reivindicaram também encaminhamentos quanto às agressões físicas sofridas por eles.

Nesse sentido foram protocolados ofícios e encaminhadas fotografias em reunião com Ministério Público Federal (25/05/15) para tratar das violações de direitos outrora encaminhados, registradas no CASE. Foram feitas reivindicações para que os jovens fossem examinados no Instituto Médico legal-IML e, ainda, o acompanhamento e apuração da atitude dos policiais militares que agrediram os jovens e adolescentes em intervenção na Unidade de Atendimento Socioeducativo.

Reunião com Defensor Público Geral (27/05/15) para tratar da problemática do CASE e solicitar medidas para retorno dos jovens encaminhados a CPP para o CASE; Acompanhamento processual do caso. Dia 09/06 – Incidência junto ao juiz da 2ª Vara Criminal para volta dos jovens conduzidos para a CPP ao CASE.

Os jovens retornaram ao CASE. Contudo a visita realizada no dia 25 de agosto de 2015, atesta que as violações de direitos humanos persistem, uma vez que a estrutura da unidade de internação continua a mesma:

alojamentos pequenos, janelas sem possibilidade de abertura, tendo apenas brechas, que não permitem circulação de ar e iluminação, tetos baixos, considerando a condição climática do estado do Tocantins, precisamente Palmas, pode-se considerar insalubre a situação do alojamento, que também não oferece banheiro adequado e privacidade, não ha chuveiro, os/as adolescentes continuam aparando água da pia para o banho.

Na parte aberta (sem construção): que representa uma grande área da unidade encontra-se seca e inutilizada, não há jardinagem, árvores, sobreiros, plantas, flores, nenhuma alternativa para refrescar, arejar, tornar o ambiente útil e mais suportável a estadia durante o cumprimento da medida, continua o aspecto de negligencia e abandono.

O tempo da internação continua sendo vivenciado principalmente dentro dos alojamentos, situação denunciada pelo CEDECA Glória de Ivone por reiteradas vezes, isto porque o SINASE determina que a medida deve ser socioeducativa, portanto o tempo do adolescente deve ser ocupado com atividades lúdicas, escolarização, lazer, esporte, profissionalização, cultura, porém a única atividade que acontece com regularidade é a escolarização, dessa maneira os/a adolescentes continuam passando mais tempo no alojamento que seria apenas para dormir.

As atividades de esporte, lazer, profissionalização e lúdicas, estão sendo justificadas, quando cobradas, apenas pelos jogos com bola na quadra. Não há um fluxo diário que considere as determinações do que preconiza a Lei no que diz respeito às atividades educacionais. A biblioteca continua fechada e sem utilização, na piscina também não há atividades e não há programas ou projetos para profissionalização.

A revista aos familiares nos dias de visita continua sendo utilizado o mesmo procedimento: despir e agachar três vezes enfrente ao espelho, independente da idade. Muitos adolescentes de outros municípios, que reclamam o não recebimento de visita, porque a família não tem condição de viajar até o local da unidade, e até mesmo há casos em que o adolescente diz que a família ainda não sabe que o mesmo encontra-se em unidade de internação.

Relatório institucional 2015

Havia um adolescente de 13 anos, que a unidade não conseguiu o contato com a família, que quando liberado na unidade de internação, foi assassinado com um tiro na nuca. Além dele, existem outros adolescentes que não recebem visitas e não tem contato com a família.

Embora o diretor da unidade tenha confirmado que há duas profissionais da psicologia para atender a demanda da unidade, quando questionados os adolescentes disseram que não tem atendimento regular, e mesmo alguns adolescentes que o CEDECA atendeu recentemente, com sintomas traumáticos, afirmaram não estar recebendo atendimento psicológico.

A alimentação passou a ser preparada no refeitório da unidade, porém continua sendo preparada por empresa terceirizada, não contempla as necessidades dos (a) adolescentes, que reiteram as reclamações de alimento insuficiente e ruim. Desse modo, constata-se que, as denúncias feitas à rede de proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, não foram solucionadas.

Missão RENADE

Com o objetivo de incidir politicamente para a consolidação dos Direitos Humanos das/os adolescentes em conflito com a lei, a Renade em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em Caravana, visitou o Tocantins, com a presença do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do/a Adolescente Cedeca Glória de Ivone em todas as atividades, a Caravana da Missão Renade registrou graves violações de direitos humanos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa bem como de suas famílias, o registro das violações compôs um Relatório Nacional Sobre a Situação de Unidades Socioeducativas de Privação de Liberdade.

Em Palmas-Tocantins a visita ocorreu nos dias 23 e 24 de abril de 2015, conforme a sequencia, primeiro dia quinta-feira: 28/05 – Manhã: Reuniao

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Relatório institucional 2015

com o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fórum DCA. Local: Cedeca Glória de Ivone. Horário: 09 horas; 28/05 – Tarde: Visita as Centro Sócio Educativo – CASE e ao Centro de Internação Provisória – CEIP e Unidade de Internação feminina; 28/05 Noite: reunião com as famílias dos adolescentes; Segundo dia sexta-feira: 29/05 – Manhã: reunião com o Defensoria Pública da Criança e do Adolescente; 29/05 – Manhã: reunião com a Diretoria Regional de Educação (responsável pela educação no sistema socioeducativo); 29/05 – Tarde: reunião com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; 29/05 – Tarde: reunião com a coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CAOP.

Cabe ressaltar que as violações registradas pela Missão Renade foram objeto de denúncias anteriores do Cedeca Glória de Ivone, para a rede de proteção dos direitos humanos, por meio de visitas, encaminhamento de relatórios, fotografias, vídeos e ofícios. Dessa forma a visita da Missão Renade contribuiu significativamente para incidência política e reivindicação da consolidação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de cumprimento de medida socioeducativa.

Tal incidência, resultou em visibilidade aos graves problemas apontados no sistema socioeducativo do Tocantins, o que provocou a mobilização da Defensoria Pública do Estado para uma resolução urgente, pelo menos quanto a revisão processual dos/das adolescentes. A Defensoria Pública pactuou com o Cedeca Glória de Ivone e a Missão Renade, o compromisso de realizar uma atividade intensa, que a princípio foi intitulada “Força Tarefa”, um mutirão que resultou em esvaziamento significativo do Centro de Internação e Centros de Internação provisória do Tocantins. Em atividade posterior a Defensoria Pública realizou um seminário sobre a realidade do sistema socioeducativo de Tocantins, onde foram publicizadas as violações de direitos humanos de adolescentes e suas famílias.

Portanto, a incidência política do Cedeca Glória de Ivone e a visita da Caravana Missão Renade, provocou a pactuação de diversas atividades

executadas pelos devidos órgãos públicos que compõem a rede de proteção dos direitos humanos de crianças e do/a adolescentes.

Mobilização e fomento para estruturação do Grupo de famílias do Tocantins

Em 22 de fevereiro de 2015 foi realizada uma roda de conversa em frente ao Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE de Palmas Tocantins. Dessa vez com familiares de adolescentes. Objetivo: promover a interação e o diálogo sobre os direitos humanos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Reuniram-se em torno da conversa cinco mães de adolescentes que cumprem medida em meio fechado.

Foi possível perceber o pouco movimento durante o dia de visitação, isso em relação à quantidade de adolescentes internos. Algumas mães não quiseram reunir-se na roda e demonstraram medo de tratar do tema *direitos humanos*.

Durante a reunião nos apresentamos e trocamos contatos. Elas relataram uma série de dificuldades que enfrentam: chegar até o local toda semana para visitar os filhos, encontrá-los sempre com medo de serem trocados de alojamento, *pois faz parte da ameaça diária* por parte de alguns trabalhadores da unidade.

Relatam que eles estão mal alimentados e que às vezes os encontram machucados, que a violência parte dos trabalhadores do local e que estes ainda incitam a briga entre os adolescentes que acabam se machucando. Sobre a revista na hora da visita, além da situação vexatória de ter que despir-se e agachar, em algumas revistas eles confiscam alguns alimentos como bolos e bolachas, queixam de não haver uma regra clara, pois às vezes eles confiscam e em outras não.

Além disso, não há atividades pedagógicas e de lazer para interação entre mães e filhos/as. Apesar de estarem indignadas, demonstravam não conhecerem bem seus direitos, com isso, não garantiam segurança para lutar por eles, pois aquelas que procuraram respostas por violações de Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

direitos seus e de seus filhos, relatam terem intimidação e maus tratos pela juíza da infância e até mesmo pelo defensor público. Ressalte-se que quando questionadas sobre a possibilidade de nos reunirmos para fortalecer a defesa dos direitos dos/as adolescentes, se disponibilizaram.

Em mobilizações posteriores, o grupo de famílias se reuniu 3 (três) vezes no Cedeca Glória de Ivone, sendo que na ocasião foram apresentados os objetivos da entidade em reunir as famílias, Nestas reuniões foram registradas denúncias, e criado um grupo no whatsapp, que favoreceu significativamente a interação do grupo.

Em um dos encontros do Grupo de famílias de Palmas, contamos com a presença da Caravana Missão Renade, que realizou visitas as unidades de internação e escuta ao grupo de mães. Nesta reunião foram relatadas diversas e graves violações direitos humanos, de adolescentes e de familiares ali presentes: mães, tios, pais, irmãos, que farão parte do relatório nacional da situação do sistema socioeducativo, e será publicado pela Caravana Missão Renade em nível nacional.

Acompanhamento da frente estadual contra a redução da idade penal

Como primeiro passo para mobilizar ações contra a redução da idade penal, o Cedeca foi incluído no grupo do whatsapp Frente Estadual Contra Redução da Idade Penal. Na seqüência, a entidade provocou o grupo virtual e as organizações da sociedade civil para uma reunião presencial na sede da Organização. Nesta reunião o grupo deliberou a mudança do nome do grupo, para firmar novo nome com grupo presencial, socializamos nas redes sociais e mídia local uma nota sobre a instalação do Grupo de Trabalho: Tocantins Contra a Redução da Idade Penal.

Como deliberação do grupo em reunião posterior foram empreendidas as seguintes atividades: junto a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB um seminário, no auditório da OAB, nos dias 10 e 11 de junho; realização de debates e rodas de conversas em escolas e universidades.



Debate/ dinâmica sobre a redução da idade penal. Data: junho de 2015



Debate na rádio universitária da Universidade federal do Tocantins sobre a redução da idade penal. Data: junho/2015

Além disso: foi agendada audiência com secretário de estado da educação e o grupo de trabalho para adesão à mobilização contra a redução da idade penal e apoio as ações nas escolas; reunião com as Deputadas contrárias a redução da idade penal para fortalecer e apoiar a decisão das mesmas, bem como reunimos com os deputados/as favoráveis a redução; promoção de Audiência Pública na Assembleia Legislativa juntamente com o GT TO Contra a Redução da I.P. onde foram convidados deputados/as favoráveis e contrários a redução, universidades, Conselhos de Direitos, Organizações da Sociedade civil e familiares de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, destacando-se que deputados/as favoráveis a proposta de redução não compareceram ao evento, porém a Audiência Pública ocorreu e contou com participação expressiva.

Representações políticas

- Seminário sobre justiça restaurativa no dia 10 de fevereiro de 2015;
- Provocação de debate no Cinema do SESC sobre Direitos Humanos, filme: A vizinhança do Tigre, no dia 23 de março de 2015;
- Reunião no Centro de Direitos Humanos de Palmas - CDHP, sobre a caravana da Anistia no dia 25 de março de 2015;
- Mobilizações externas sobre a visita da Caravana da Anistia ao Tocantins no dia 07 de abril de 2015;
- Curso sobre Justiça Restaurativa no dia 08 de abril de 2015;
- Mobilizações externas sobre a visita da Caravana da Anistia ao Tocantins no dia 13 de abril de 2015;
- Publicação do texto: Discrepância entre Redução da Idade Penal e consolidação dos Direitos Humanos. Revista Carta Capital no dia 03 de maio de 2015;
- Oficina sobre Mobilização de Recursos – na Coordenação Ecumênica de Serviços- CESE em Salvador nos dias 16, 17 e 18 de junho de 2015;

Relatório institucional 2015

- Reunião do Grupo de Trabalho para instituir o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura no CDHP no dia 01 de julho de 2015;
- Reunião do Grupo de Trabalho para instituir o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura no CDHP no dia 07 de julho de 2015;
- Encontro para rearticulação do Movimento Estadual de Direitos Humanos – MEDH no CDHP no dia 09 de julho de 2015;
- Reunião de articulação de visita ao Tocantins da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais no CDHP no dia 09 de julho de 2015;
- Reunião de articulação de visita ao Tocantins da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais com o procurador federal na procuradoria no dia 20 de julho de 2015;
- Encontro para rearticulação do Movimento Estadual de Direitos Humanos – MEDH no CDHP no dia 03 de agosto de 2015;
- Encontro sobre a educação no sistema socioeducativo, promovido pela Diretoria Regional de Educação no dia 05 de agosto de 2015;
- Reunião do Grupo de Trabalho para instituir o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura no CDHP no dia 19 de agosto de 2015;
- Participação na construção do Contra-informe Nacional em Audiência Pública da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais na procuradoria no dia 21 de julho de 2015;
- Reunião no Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sobre os Jogos Internacionais Indígenas no dia 24 de agosto de 2015;
- Seminário sobre Justiça Restaurativa em Brasília no dia 10 e 11 de setembro de 2015;
- Reunião no Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sobre os Jogos Internacionais Indígenas no dia 21 de setembro de 2015;
- Reunião do Grupo de Trabalho para instituir o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura, na Secretaria de Defesa Social no dia 24 de setembro de 2015;

Relatório institucional 2015

- Reunião no Conselho Indigenista Missionário – CIMI, sobre os Jogos Internacionais Indígenas no dia 21 de setembro de 2015;
- Ato político e vigília na Teotônio Segurado – Católica, contra os jogos mundiais indígenas e pela a consolidação dos direitos dos povos indígenas no dia 23 de setembro de 2015;
- Debate sobre multiculturalismo e Direitos Humanos na Universidade Estadual do Tocantins no dia xx de outubro de 2015;
- Encontro Internacional Sobre Justiça Restaurativa, Rio de Janeiro, nos dias 12,13 e 14 de novembro de 2015;
- Composição da mesa no seminário: Desafios Contemporâneos da Educação no Fórum Estadual de Educação nos dias 07 e 08 de dezembro de 2015;
- Seminário do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo na Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS no dia 30 de setembro de 2015.

Dificuldades encontradas

- Descontinuidade no fornecimento de informações; centralização de informações em pessoas de difícil acesso e indisponibilidade em contribuir com o processo de pesquisa e levantamento de dados.
- Apoio local para as famílias representantes das regiões; falta de formação política e trabalho de base; descrença no poder da organização popular.
- Continuidade de participação no debate dos/as mesmos inscritos em todas as postagens do fórum.
- Falta de privacidade para dialogar com os/as adolescentes; Distância do setor Taquari onde estão localizadas as unidades de internação;
- Falta de agilidade e compromisso dos órgãos públicos responsáveis pelas demandas encaminhadas.

- Desesperança, indisposição para reunir em local que não fosse o terreno enfrente a unidade internação e principalmente MEDO que o fato de tratar de direitos humanos reverbere em violência dentro da unidade contra os/as adolescentes.
- Reunir presencialmente com o grupo virtual, não receptividade para o diálogo por parte dos/as deputados/as favoráveis a proposta.

Resultados alcançados

- Formação do banco de dados sobre o processo de construção dos Planos Decenais de Atendimento Socioeducativo do Brasil; divulgação das etapas do processo de cada estado brasileiro na construção de seus planos; incentivo/fomento a construção dos Planos; sistematização e socialização em redes sociais do diagnóstico geral da construção dos Planos: *Monitoramento da Formulação dos Planos Nacionais de Atendimento Socioeducativo*.
- O grupo de Trabalho Nacional Famílias em Rede consolidado; crescimento e esclarecimento político sobre direitos humanos de crianças e adolescentes e a preciosa interação entre familiares de adolescentes com trajetórias e violações de direitos humanos semelhantes, além de vantagens políticas, há o aconchego de dialogar e expor indignações e dores emocionais em um contexto de paridade.
- Interação entre trabalhadores/as do sistema de garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes; troca de experiência e informações sobre o sistema de garantia e a consolidação dos direitos das crianças e adolescentes; socialização de informações teóricas: textos, vídeos, imagens e links de sites.
- Relacionamento amistoso e de confiabilidade entre o Cedeca Glória de Ivone e os/as adolescentes que cumprem/cumpriam medida socioeducativa no CASE e no CEIP; registros de violações de direitos

humanos de adolescentes inseridos/as no sistema socioeducativo de Palmas: fotos, vídeos, áudios que culminou em relatórios e ofícios.

- Relatório minucioso detalhando graves violações de direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e ofícios formalizando as denúncias foram encaminhados aos órgãos que compõe a rede de garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescente; visibilidade na rede de garantia de direitos, principalmente na defensoria pública estadual; jornal local impresso e televisivo e redes sociais.
- Interação entre alguns familiares e estes com o Cedeca Glória de Ivone; Grupo de diálogo virtual no Watssap.
- Visibilidade entre estudantes, professores e sociedade em geral sobre o retrocesso que é de fato a redução da idade penal.

Lições aprendidas

- Acúmulo de conhecimento e experiências alternativas significantes, em especial no que diz respeito a organicidade: planejamento, execução, avaliação contínua e semestral das atividades. Vale destacar que, a organicidade é um valor muito caro aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, visto que, a metodologia e o planejamento, tornam possíveis a execução de projetos e suas atividades para o enfrentamento às violações de direitos humanos, desse modo, método e organização, foram lições apreendida e marcantes para o setor de Justiça Juvenil.
- A experiência no trabalho de campo: visitas as unidades de cumprimento de medida socioeducativa, reuniões com famílias de adolescentes em cumprimento de medida, provocou novas sensibilidades, para detectar as violações de direitos humanos, bem como para aflorar a indignação quanto ao desrespeito à dignidade das pessoas.

- O encaminhamento de demandas proporcionou aprendizagem na escrita de relatórios, ofícios, relatórios fotográficos e na interpretação das respostas às demandas encaminhadas.
- Do mesmo modo, as comunicações externas para a defesa e promoção dos direitos humanos em: escolas, universidades, grupos de trabalho e coletivos, proporcionou aprendizagem quanto a leitura e sistematização de dados e informações teóricas para apresentação.
- Nas reuniões internas, aprendemos a ouvir, criticar, falar e principalmente respeitar a opinião e o tempo de caminhada das pessoas que compõem a organização Cedeca Glória de Ivone.



Atividades desenvolvidas

- Produção de textos, alimentação de galerias de fotos e agenda virtual dos sites do Cedeca, projeto Farol e Renade;
- Produção de posts, alimentação de galerias de fotos e gerenciamento das redes sociais do Cedeca e da Renade. O Cedeca está presente nas redes sociais Facebook e Twitter. No Facebook possui uma página CedecaGloriaDelvone e um perfil, Cedecato.org. Já no Twitter, a conta está identificada como @cedeca_to. No Twitter, 32 seguidores e 262 tweets. A página do Cedeca no Facebook possui atualmente 323 curtidas. No período que compreende este relatório, a página registrou crescimento de 47,6% no total de curtidas, sendo que no início deste ano, a página contava com 154 likes. Importante destacar que o Cedeca também possui um perfil no Facebook, com mais de mil amigos. Neste ano, mensagens inbox foram enviadas para essas pessoas e postadas na linha do tempo informando que a interação aconteceria somente por meio da página. Ainda assim, a ação não

Relatório institucional 2015

atingiu o resultado esperando. Sugere-se então, a intensificação da ação e posterior desativação do perfil e manutenção somente da página, canal institucional correspondente a uma organização.

- Produção e divulgação de releases para imprensa do Cedeca, projeto Farol e Renade;
- Levantamento das matérias veiculadas pela mídia regional e nacional relacionadas ao Cedeca e o projeto Farol, organizadas por data, local, nome e tipo do veículo - site, jornal impresso, televisão e rádio -, título da matéria ou assunto e link de acesso – quando a matéria é disponibilizada online. No período de 01 de janeiro a 13 de dezembro de 2015 foram produzidos 64 textos (Cedeca e projeto Farol) e cerca de 50 textos (Renade). No âmbito do Cedeca e do projeto Farol, foram veiculadas 235 matérias nos veículos de imprensa, desse total 195 em sites de notícias e institucionais, 14 em emissoras de televisão, 13 em jornais impressos e 13 em emissoras de rádio. Na televisão, o Cedeca contabilizou uma hora, 41 minutos e 20 segundos. No rádio uma hora, doze minutos e 13 segundos. Os sites de notícias que publicaram matérias referentes ao Cedeca ou citando a instituição foram: AF Notícias, Agora Tô Online, Araguaína News, Atitude Tocantins, Carta Capital, Centro Norte Notícias, Conexão Tocantins, Guaraí Notícias, Jornal do Tocantins, Jornal Opção, JusBrasil, JusTocantins, Moura Net, Norte do Tocantins, O Coletivo, O Girassol, Poder Tocantinense, Portal A Boca do Povo, Portal Benício, Portal CT, Portal do Amaral, Portal do Tocantins, Portal LJ, Portal O Norte, Portal Stylo, Rede TO, Surgiu, T1 Notícias e Tocantins Agora. Ainda na web, também publicaram matérias referentes ao Cedeca os sites institucionais da Anced, Renade, Unitins, MPE, OAB, Defensoria Pública, Escola de Conselhos, Governo do Tocantins, Portal do Departamento de Comunicação e Artes da USP, Prefeitura de Palmas e Prefeitura de Pedro Afonso, Prefeitura de Guaraí. O Cedeca foi entrevistado pelas emissoras de rádio: 96 FM, Rádio Nacional da Amazônia, Ativa FM, CBN Tocantins, Lajeado FM, Rádio Calango (UFT) e Vale FM e emissoras de televisão: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Relatório institucional 2015

TV Anhanguera, Record Tocantins e TV E Tocantins. Os jornais impressos Jornal do Tocantins e Primeira Página citaram o Cedeca;

- Reformulação do projeto da web rádio “Voz do Adolescente” para reativação, mobilização dos adolescentes para reunião e produção de programação. A atividade é executada em conjunto com o setor de direito à participação, sendo este responsável pela mobilização dos adolescentes e participação da estagiária Beatriz Ayres na produção da web rádio. Cabe a assessoria de comunicação auxiliar os adolescentes na produção e edição do material;
- Produção de seis informes da ONU – Organização nas Nações Unidas, no âmbito da Renade, tendo como títulos: Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, Regras das Nações Unidas para a Proteção de Adolescentes Privados de Liberdade, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores, Convenção da Haya Relativa a Proteção e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional e Convênio 138 de OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Os materiais foram impressos e distribuídos para várias instituições brasileiras e disponibilizados na versão online no site da Renade;
- Produção de dois informativos semestrais da Renade disponíveis no site da instituição;
- Acompanhamento e registro fotográfico das Missões Renade nos estados do Tocantins, Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas, Minas Gerais, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte;
- Produção de material online para o Fórum de Adolescentes e cartão postal com a carta dos/as adolescentes sobre os 25 anos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescentes;
- Produção do boletim institucional impresso do projeto Farol referente as atividades de 2014. O material está disponível no site do projeto;

Relatório institucional 2015

- Produção de oito edições do clipping online “Farol na Mídia” com matérias veiculadas sobre o projeto durante o ano. Todas as edições estão disponíveis no site do projeto;
- Produção de quatro edições do boletim online semestral do projeto Farol, intitulado “Curtim” e disponível para download no site do projeto;
- Alimentação da lista de e-mails no e-mail institucional da assessoria de comunicação do Cedeca;
- Criação do grupo de e-mails para comunicação interna do Cedeca;
- Auxílio na produção e revisão de textos de ofícios;
- Acompanhamento e assessoria da agência AST na criação da nova identidade visual e do novo site do Cedeca (em andamento);
- Apresentação sobre a comunicação do projeto Farol no encontro intermunicipal de secretários, realizado em Palmas, no dia 10 de fevereiro de 2015;
- Auxílio na execução do projeto institucional de exibição de filmes sobre direitos humanos – TransgreCine. Foi desenvolvida três edições do projeto em parceria com o setor de direitos sexuais;
- Produção do relatório fotográfico das ações do projeto Farol de dezembro de 2014 a maio de 2015 para postagem no site do projeto;
- Envio de e-mail mensal com as atividades do Cedeca para apoiadores;
- Produção dos formulários online para contribuição nos planos municipais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do projeto Farol e do plano estadual de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Produção de cartaz para divulgação do site e redes sociais do Cedeca nas escolas;
- Envio de e-mails para adolescentes e grupos de trabalho do projeto Farol avisando a data das oficinas, reuniões ampliadas, apresentações dos planos de enfrentamento da violência sexual e seminários;

Relatório institucional 2015

- Contato com as assessorias de comunicação das prefeituras onde o projeto Farol foi desenvolvido para conhecimento e apoio na divulgação;
- Divulgação das notas públicas produzidas ou apoiadas pelo Cedeca. As notas estão disponíveis neste relatório;
- Produção de banner virtual da reunião ampliada do projeto Farol, em Palmas;
- Produção de texto para carro de som nas reuniões ampliadas em Lajeado, Pedro Afonso e para o seminário do protocolo de atendimento às pessoas em situação de violência sexual em Tocantínia;
- Pesquisa interna e externa sobre a comunicação do Cedeca para construção do planejamento de 2016;
- Suporte e cobertura das reuniões da frente Tocantins Contra a Redução da Maioridade Penal e produção do conteúdo e modelo para o folder da Frente;
- Produção de projeto e conteúdo para exposição de painéis dupla face do projeto Farol e contato com entidades para realização da atividade. Os painéis foram expostos no Palmas Shopping, na Assembleia Legislativa, no Ministério Público, na Unitins e na sede do Cedeca;
- Produção da arte da programação e acompanhamento da Missão Renade no Tocantins;
- Suporte para aquisição de máquina fotográfica semi-profissional do Cedeca;
- Acompanhamento da visita da gestora de projeto da Petrobras Márcia Chagas e produção de vídeo sobre as atividades do projeto, em maio de 2015;
- Auxílio na produção dos anexos para os relatórios do projeto Farol enviados à Petrobras;
- Revisão de textos produzidos pela equipe do Cedeca;

Relatório institucional 2015

- Monitoramento de matérias sobre direitos humanos de crianças e adolescentes nos veículos impressos: Jornal do Tocantins e Primeira Página. A atividade resultou em um acervo físico com 188 matérias e 40 artigos;
- Redação de atas de reuniões;
- Edição de quatro vídeos com os olhares dos/as adolescentes sobre a rede de proteção dos municípios de Lajeado, Pedro Afonso, Porto Nacional e Guaraí para o seminário do protocolo de atendimento às pessoas em situação de violência sexual do projeto Farol;
- Produção de flyers para cinco seminários do protocolo de atendimento às pessoas em situação de violência do projeto Farol;
- Pesquisa sobre opções de gerenciadores virtuais de bibliotecas para organização do acervo do Cedeca. O resultado da pesquisa foi encaminhado para a secretaria executiva;
- Produção da arte do folder institucional do Cedeca;
- Orçamento de diagramação do relatório “Mapeamento da cidade-sede dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas”;
- Visita in loco para monitorar e registrar violações de direitos humanos nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas;
- Produção das peças e produção do cerimonial, em parceria com a pró-reitoria de extensão da Unitins, para o seminário atendimento na lógica dos direitos humanos, em Palmas;
- Reunião de material produzido pela equipe e por outras pessoas sobre violações de direitos humanos nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas para produção de documentário;
- Orçamento parcial na área de comunicação para projeto do Cedeca submetido a Misereor;
- Produção da estrutura para relatório anual de atividades do Cedeca;
- Produção de flyers das atividades internas e externas do Cedeca;
- Auxílio na padronização de apresentações de slides para atividades internas e externas da equipe do Cedeca.

Dificuldades encontradas

- O planejamento de 2015 previa a produção de vídeos institucionais do Cedeca, porém foi decidido em conjunto com a coordenação que a atividade será desenvolvida no ano de 2016 com recurso de projetos e acompanhamento da agência;
 - No mês de agosto deste ano o site institucional do Cedeca iniciou a migração para uma nova plataforma. A atividade apresentou problema e desde então não é possível inserir novos conteúdos nos sites. Assim, a comunicação do Cedeca está fragilizada desde então, prejudicando a visibilidade das ações desenvolvidas pela entidade por impossibilidade de postagem de novos conteúdos no site;
 - O envio de e-mail mensal para os apoiadores ocorreu até o mês de agosto em virtude da questão mencionada acima. Foi decidido que o envio dos e-mails iria retornar depois que os problemas do site fossem resolvidos uma vez que o formato adotado para a ação era veiculado diretamente com o site institucional;
 - Os adolescentes não interagiram nas mensagens enviadas por e-mail referente as atividades promovidas pelo projeto Farol. Foi adotado então a comunicação por flyers em grupos do Whatsapp. O setor de direito à participação assumiu a atividade de mobilizar os adolescentes referente às oficinas;
 - Percebemos que a atuação do Cedeca nas redes sociais ainda é deficitária, carecendo de produção de conteúdos e adoção de linguagem adequada para redes sociais para gerar interação do público;
 - Dificuldade de apoio das assessorias de comunicação das prefeituras na visibilidade das atividades do projeto Farol;
 - A alteração de datas e locais nas oficinas dificultou a divulgação delas, o que prejudicou a relação entre a assessoria de comunicação do Cedeca e os veículos de imprensa sendo que o material correspondente a atividade precisava ser reenviado mais de uma vez;
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Relatório institucional 2015

- O fato do Cedeca não possuir agência de publicidade ou profissional habilitado da área prejudicou o trabalho da assessoria que precisou desenvolver atividades que foram além dos recursos técnicos e operacionais do setor. Conseqüentemente as peças levaram mais tempo para serem produzidas e não possuíam tanta qualidade técnica;
- O choque de datas do calendário de atividades dos trabalhadores/as dificultou a mobilização para seguir a periodicidade planejada do Transgrecine;
- O boletim online do Cedeca não foi implantado porque o site apresentou problemas o que inviabilizava o formato definido, pois possuía chamadas que direcionavam para matérias na íntegra;
- A não inserção de autorização do uso da imagem nas fichas de inscrição do projeto Farol tornou arriscado a utilização da imagem dos adolescentes na comunicação institucional do Cedeca;
- Mudança de coordenação da Renade prejudicou o trabalho que vinha sendo realizado;
- Problema técnico no site da Renade ocasionou paralisação nas atualizações.

Notas públicas

Assunto: redução da maioria penal

Título: **Nota pública contra qualquer espécie de retrocesso no marco legal brasileiro**

Data: 24/03/15

Assunto: redução da maioria penal

Título: **Nota Pública Tocantins Contra a Redução da Maioridade Penal**

Data: 06/05/15

Assunto: PEC 215

Título: **Manifesto de Palmas - PEC 215 - o extermínio dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais do Brasil**

Data: 30/10/15

Assunto: condições precárias da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA) e da Delegacia de Apuração de Ato Infracional de Adolescente (DECA)

Título: **nota pública contra as condições precárias da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCA) e da Delegacia de Apuração de Ato Infracional de Adolescente (DECA)**

Data: 12/11/15

Assunto: não realização do Fórum de Seleção das Entidades Não Governamentais para compor o CDH

Título: **Manifestação a comissão eleitoral do processo eleitoral do CEDH-2016-2017**

Data: 08/12/15

Resultados alcançados

- A Renade alcançou visibilidade nas cinco regiões brasileiras por meio da Missão Renade contribuindo para a inserção da pauta sobre o sistema socioeducativo na mídia;
- O Cedeca tornou-se referência para os veículos de comunicação televisivos, impressos e radiofônicos do Tocantins como fonte em pautas sobre os direitos de crianças e adolescentes;
- Fortalecimento na função estratégica da comunicação entre os trabalhadores e trabalhadoras do Cedeca;
- Centralização e organização dos arquivos referentes à comunicação do Cedeca na assessoria de comunicação.

Lições aprendidas

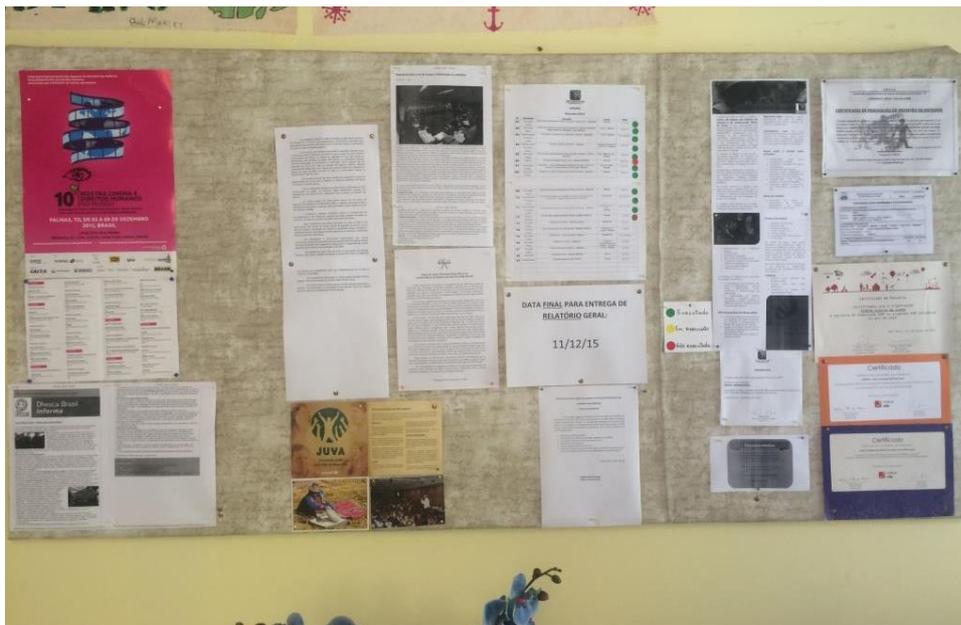
- Necessidade de realizar pesquisa com adolescentes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil para contribuir na produção do planejamento de comunicação;
- Necessidade de adotar uma linguagem diferenciada para cada tipo de comunicação, com base no público-alvo, para que a mensagem seja mais eficaz;
- Necessidade de tornar a comunicação mais dinâmica nas redes sociais para gerar interação.



Atividades desenvolvidas

- Expedição de documentos, tanto físico, ou virtual. Ofícios expedidos: Aproximadamente 360; ofícios circulares: 10 e memorandos: Aproximadamente 70.
- Apoio as atividades externas e internas do cedeca;
- Controle e armazenamento de material de consumo, permanente e de expediente;
- Monitoramento diário dos e-mails;
- Organização do mural de informações;

Relatório institucional 2015



Mural de informações na sede do Cedeca. Data: dezembro de 2015

- Digitalização e organização de arquivos/documentos do CEDECA e RENADE;
- Controle de uso dos veículos, bem como o abastecimento dos mesmos;
- Organização do acervo bibliotecário;



Biblioteca do Cedeca. Data: dezembro 2015.

Relatório institucional 2015

- Administração e Manutenção da sede do Cedeca;
- Levantamento e registro patrimonial dos mobiliários e equipamentos de informática dos bens móveis do Cedeca;
- Organização no envio e recebimento de correspondências;
- Atualização do cadastro dos/as trabalhadores e estagiários;
- Organização dos momentos de confraternização com equipe CEDECA;
- Divulgação da Agenda de Atividades mensal por setores;
- Realização de reuniões internas para planejamento e avaliação das atividades realizadas;
- Apoio e logística para realização das atividades executadas pela Renade, no tocante a aquisição de passagens aéreas, hospedagem, alimentação, mobilização, contatos telefônicos, interlocução com os consultores e outras atividades).

Agenda estratégica da coordenação

Janeiro



Reunião do Cedeca com a secretária da defesa e proteção social, Gleidy Braga, sobre o sistema socioeducativo do Tocantins, no dia 28, em Palmas.

Março

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone

Relatório institucional 2015

Entrega do relatório sobre homicídios de adolescentes negros dias 18 até 23 de 2015 em Washington.

Audiência na faculdade Católica do Tocantins com o reitor no dia 06.

Abril



Reunião do Cedeca com o gestor de programas do escritório da Unicef em Belém, Antônio Carlos Cabral, no dia 30 em Palmas.

Mai

Missão Renade no Tocantins nos dias 28 e 29.

Junho



Seminário jurídico OAB sobre a redução da maioria penal no dia 10 em Palmas.

Agosto

Encontro “O conselho de direitos da criança e do adolescente no marco do controle social” dia 07 em Palmas.



Seminário Delta Social com o tema “A integração entre iniciativa privada, poder público, comunidade e entidades assistenciais engajados numa política comum de Proteção Integral de Crianças e Adolescente”, no dia dia 12 em Pedro Afonso.

Monitoramento a União Europeia em Brasília dias 18 até 21 em Brasília.

Setembro



Reunião Cedecas região norte, nordeste e centro-oeste nos dias 14 e 15 em Palmas.

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone



I ciclo de debates sobre educação infantil no auditório do MPE no dia 18 em Palmas.

Reunião Unicef e Cedeca dia 18 em Palmas.

Outubro

Reunião com SEDUC para fechar datas de Oficinas em Palmas no dia 06.



Seminário "realidade do Sistema socioeducativo no Estado do Tocantins" organizado pela Defensoria Pública com o apoio do Cedeca no dia 23, em Palmas.

Ato em defesa dos povos indígenas dia 23 em Palmas.

Novembro

Fórum Nacional de Adolescentes da Renade nos dias 27, 28 e 29 em Brasília.
GT de Família nos dias 27 e 28 em Brasília.

Dezembro



Reunião para apresentar o projeto Construindo o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Estado do Tocantins para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 04 em Palmas.

I Conferência Estadual Conjunta de Direitos Humanos dias 09 e 10 em Palmas.



Reunião do Cedeca com o diretor técnico e operacional da TerraPalmas, José Rodrigues de Carvalho Filho, no dia 12 em Palmas.

Dificuldades encontradas

- Limitação de recursos financeiros para dá efetividade ao planejamento de informatização do CEDECA.
- Mobilização das missões Renade para realizar o relatório nacional sobre o sistema socioeducativo em meio fechado em razão dos diálogos exaustivos com os diretores das unidades para entrada da missão.

Resultados alcançados

- Pontencialização da estruturação da secretaria executiva da organização para apoiar e organizar todas as ações de incidência política;
- Adoção de práticas mais focadas na gestão de excelência.